

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	10
3.4 - Política de destinação dos resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	20
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	21
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	22
4.5 - Processos sigilosos relevantes	23
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	24
4.7 - Outras contingências relevantes	25

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	26
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	27
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	29
5.3 - Descrição dos controles internos	31
5.4 - Alterações significativas	32
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	33
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	34
6.3 - Breve histórico	35
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	37
6.6 - Outras informações relevantes	39
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	40
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	41
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	42
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	45
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	46
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	47
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	48
7.8 - Políticas socioambientais	49
7.9 - Outras informações relevantes	50
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	51
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	53
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	54

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	55
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	56
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	57
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	58
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	59
9.2 - Outras informações relevantes	60
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	61
10.2 - Resultado operacional e financeiro	77
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	81
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	83
10.5 - Políticas contábeis críticas	89
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	90
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	92
10.8 - Plano de Negócios	93
10.9 - Outros fatores com influência relevante	94
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	95
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	96
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	97
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	100
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	103
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	104
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	105
12.7/8 - Composição dos comitês	107

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	108
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	109
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	114
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	115
12.13 - Outras informações relevantes	116

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	117
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	120
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	124
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	128
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	129
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	130
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	131
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	132
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	133
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	134
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	135
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	136
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	137
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	138
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	139
13.16 - Outras informações relevantes	140

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	141
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	144
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	145
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	146
14.5 - Outras informações relevantes	147

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária	148
15.3 - Distribuição de capital	151
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	152
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	153
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	154
15.7 - Principais operações societárias	155
15.8 - Outras informações relevantes	156

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	157
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	158
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	159
16.4 - Outras informações relevantes	160

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	161
17.2 - Aumentos do capital social	162
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	163
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	164
17.5 - Outras informações relevantes	165

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	166
---------------------------	-----

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	168
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	169
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	170
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	171
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	172
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	173
18.8 - Títulos emitidos no exterior	174
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	175
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	178
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	179
18.12 - Outras informações relevantes	182

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	183
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	184

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	185
20.2 - Outras informações relevantes	186

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	187
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	188
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	191
21.4 - Outras informações relevantes	192

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

ADOLPHO LINDENBERG FILHO

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

DECLARAÇÃO

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG n. 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o n. 004.219.258-76, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de Março de 2016



ADOLPHO LINDENBERG FILHO

DECLARAÇÃO

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG n. 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o n. 004.219.258-76, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco “C”, 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de Março de 2016



ADOLPHO LINDENBERG FILHO

DECLARAÇÃO

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG n. 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o n. 004.219.258-76, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de Março de 2016



ADOLPHO LINDENBERG FILHO

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/11/2010 a 31/12/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 113 mil pela Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras em 2012
Justificativa da substituição	Incorporação da Terco Grant Thorton pela Ernest & Young em outubro/2010.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicavel

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
ROBSON LEONARDO RODRIGUES	01/11/2010 a 31/12/2012	192.631.498-01	Avenida Nações Unidas, 12995, 13/14/15/16 ° ANDAR, BROOKLIN NOVO, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04578-000, Telefone (011) 30540077, Fax (011) 30540077

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.194.353/0001-64
Período de prestação de serviço	01/01/2013
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras, Revisão Especial das Informações Trimestrais - ITR e Revisão dos Controles Internos e Ambiente de Informática atualmente em utilização.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Referente aos serviços de Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras do exercício de 2013 o valor pago foi de R\$ 90 mil e R\$ 96 mil em 2014. Referente ao exercício corrente a Companhia fechou a proposta no valor de R\$ 111 mil que será pago durante o exercício.
Justificativa da substituição	Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período consecutivo de cinco anos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Tarcisio Luiz dos Santos	01/06/2015	169.202.088-90	Rua Henri Dunant, 1383, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51818024, e-mail: tasantos@deloitte.com
Walter Dalsasso	01/01/2013 a 31/05/2015	531.252.408-59	Rua Jose Guerra, 127, Chacara Sto Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51812911, e-mail: wdalsasso@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

Não Aplicável a companhia.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	26.868.217,00	15.746.169,00	10.038.244,00
Ativo Total	55.039.791,00	44.050.393,00	34.572.094,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	45.506.777,00	44.024.868,00	43.020.459,00
Resultado Bruto	50.832.123,00	21.361.711,00	20.142.000,00
Resultado Líquido	14.586.293,00	8.340.852,00	18.756.240,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	372.119	372.119	372.119
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,000000	1,000000	1,000000
Resultado Básico por Ação	39,200000	22,410000	50,400000

3.2 - Medições não contábeis

a) valor das Medições não contábeis

EBITDA (Em milhares de Reais - R\$)	2014	2013	2012
EBITDA (em R\$ mil)	9.491	13.955	5.088
Margem EBITDA (%)	21,1%	32,4%	15,7%

b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e EBITDA

Segue, abaixo, o cálculo do nosso EBITDA para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

EBITDA (Em milhares de Reais - R\$)	2014	2013	2012
Lucro Líquido	8.341	18.756	3.031
IRPJ / CSLL	1.414	(5.110)	854
(=) Resultado Financeiro	(264)	309	1.203
(+) Receita Financeira	893	589	604
(-) Despesa Financeira	(629)	(898)	(1.807)
EBITDA	9.491	13.955	5.088
Margem EBITDA (%) (EBITDA / Receita Líquida)	21,1%	32,4%	15,7%

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é o resultado líquido antes do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), acrescido de depreciação, amortização e despesas financeiras líquidas. O EBITDA não é uma medida de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros, US GAAP ou IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida do nosso desempenho operacional.

Entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e de seu resultado por possibilitar a análise do nosso resultado operacional, sem os efeitos oriundos de sua estrutura de capital, impactos tributários e demais resultados não operacionais. Esta medição permite ainda uma melhor comparação com os resultados de outras companhias do mesmo setor por nivelar os resultados decorrentes das estratégias financeiras e fiscais de cada companhia.

Para os fins do disposto neste formulário:

IFRS: Normas internacionais de contabilidade promulgadas pelo International Accounting Standards Committee.

Princípios Contábeis Brasileiros: Práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), inclusive aquelas que aprovam pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), as normas e pronunciamentos editados pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil ("IBRACON") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

US GAAP: Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Item não aplicável ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Exercício 2013

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2014, o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 6.884.

Exercício 2014

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 31 de março de 2015, o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.000.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais

Segundo Artigos 30º, 31º, 32º, 33º e 34º do Estatuto Social da Companhia, segue abaixo política de destinação dos resultados:

Artigo 30º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se os houver, e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 31º - Do valor obtido na forma do artigo anterior, os administradores da sociedade destacarão, a seu critério, uma qualificação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, limitada, porém, ao total da remuneração anual desses órgãos ou a 10% (dez por cento) do resultado do exercício, depois de deduzidos os valores mencionados no artigo trigésimo, prevalecendo o limite menor.

Artigo 32º - Do lucro líquido do exercício, que é resultado remanescente depois de deduzidas as participações de que trata o artigo anterior, dele se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei 6.404/76, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.

Artigo 33º - Do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, distribuir-se-á, obrigatoriamente, aos acionistas, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do mesmo, ressalvando o direito das ações preferenciais, conforme consta do artigo 5o., parágrafo terceiro, letra "a".

Artigo 34º - O saldo remanescente do lucro do exercício será destinado à conta de reserva estatutária, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia, conforme estabelece o art. oitavo, item "j" - Parágrafo Primeiro - Todo o saldo remanescente do lucro líquido será destinado para a constituição da reserva estatutária. Parágrafo Segundo - O limite máximo da reserva será de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013
Lucro líquido ajustado	13.856.978,00	7.923.809,68	11.598.154,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	54,290000	56,830000	186,850000
Dividendo distribuído total	3.464.244,65	1.980.952,42	2.899.538,50
Lucro líquido retido	10.392.733,00	1.290.882,27	1.814.972,49
Data da aprovação da retenção	27/02/2016	31/03/2015	30/04/2014

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	1.154.751,32	04/04/2016	660.319,25	09/04/2015	966.515,43	09/05/2014
Preferencial Preferencial Classe A	2.309.493,33	04/04/2016	1.320.633,17	09/04/2015	1.933.023,07	09/05/2014

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não distribuiu dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos últimos exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2015)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 FATORES DE RISCO

A capacidade da Companhia de programar a estratégia de negócios poderá ser prejudicada de modo relevante por vários fatores, tanto conhecidos como desconhecidos, gerando efeito adverso no seu resultado.

A Companhia planeja ampliar seus negócios por meio de uma expansão seletiva dos empreendimentos que irá construir. Essa premissa essencial para as perspectivas de sucesso está condicionada a significativas incertezas, contingências e riscos no âmbito econômico, concorrencial, e operacional.

É possível que uma ou mais premissas da estratégia de negócios da Companhia se revelem incorretas, assim como o enfrentamento de fatos e circunstâncias imprevisíveis. Quaisquer dos fatores enumerados abaixo poderão prejudicar de modo relevante a capacidade da Companhia de implementar sua estratégia:

- incapacidade de prever e nos adequar a novas tendências do setor de construção civil
- estimativas imprecisas sobre o custo e o prazo de construção das benfeitorias necessárias para implementação dos projetos, fazendo com que estes deixem de ser lucrativos;
- aumento da concorrência no setor de construção civil;
- aumento dos custos operacionais, inclusive prêmios de seguro e tributos imobiliários que afetem nossas margens de lucro;
- a conjuntura econômica, política e de negócios no Brasil e especificamente nas áreas geográficas em que prestaremos nossos serviços;
- inflação, flutuação do câmbio e flutuação das taxas de juros;
- novas leis e regulamentos;

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, possui um número significativo de empregados próprios, porém, cerca de 90% da mão de obra contratada pelas Subsidiárias é composta por trabalhadores terceirizados. A utilização de mão de obra terceirizada por parte da Companhia, especialmente no que diz respeito à contratação de empreiteiras e subempreiteiras, pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída às tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumpri-las. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Desse modo, o prazo e a qualidade dos empreendimentos dos quais a Companhia participa dependem certas vezes de fatores que estão fora do seu controle, incluindo, exemplificativamente, a qualidade e a tempestividade da entrega do material de construção para obras e a capacitação técnica dos profissionais e colaboradores terceirizados contratados. Nos casos em que a construção é realizada por terceiros, pode ocorrer dificuldades na identificação de atrasos e falhas, e, conseqüentemente, na sua correção. Eventuais falhas, atrasos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ou defeitos na prestação dos serviços pelas construtoras contratadas pela Companhia podem ter um efeito negativo em sua imagem e no seu relacionamento com os clientes, podendo impactar negativamente os negócios e as operações da Companhia.

Nesta esteira importante relacionar os riscos processuais. Além dos processos de responsabilidade subsidiária, cumpre ressaltar que em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A Acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme amplamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia. Avaliamos como prováveis as chances de êxito da Sociedade em referida ação, com base nas considerações acima elencadas, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações contábeis. Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750 mil, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, não aceitamos o acordo, mas esse fato não altera a probabilidade de êxito do processo, que permanece possível. O julgamento esta previsto para ocorrer em 2015.

As atividades da Companhia podem ser significativamente influenciadas por mudanças nas condições econômicas gerais e locais, que poderão causar efeitos adversos, tais como:

- níveis de emprego;
- crescimento populacional;
- confiança do consumidor e estabilidade dos níveis de renda;
- disponibilidade e condições de financiamento das compras de consumidores;
- períodos de recessão e desaquecimento da economia brasileira;
- mudanças regulatórias, inclusive nas leis de zoneamento e regulamentos ambientais.

Tendo em vista que o setor imobiliário é um setor incentivado por políticas públicas, a majoração da carga tributária incidente sobre o setor poderá causar-lhe um impacto negativo relevante.

Aumentos no preço das matérias-primas básicas utilizadas pela Companhia na construção de empreendimentos imobiliários (incluem concreto, blocos de concreto, aço, tijolos, janelas, portas, telhas e tubulações, entre outros) decorrentes de escassez, impostos, restrições ou flutuações de taxas de câmbio, podem aumentar o custo de empreendimentos e afetar adversamente os negócios da Companhia.

A manutenção de talentos, e especialmente de nossos Administradores, é uma tarefa essencial para o sucesso dos negócios. A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em grande parte da sua equipe de trabalho. Não há contratos de trabalho de longo prazo ou pactos de não concorrência com os funcionários ou colaboradores; não há como garantir o sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar os quadros da Companhia; não podemos garantir que as políticas de remuneração e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

benefícios da Companhia são suficientes para reter os seus profissionais. A perda de profissionais qualificados e dos Administradores poderá gerar um efeito adverso para a Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), ela pagará aos acionistas 25% do seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de nossas ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

A Companhia mantém contratados seguros de obra dentro das práticas usuais de mercado. Por outro lado não há como garantir que o valor de seguro mantido será suficiente para a proteção de perdas relevantes. Há, inclusive, determinados tipos de perdas que não são cobertas pelas apólices de seguro, tais como atos de terrorismo, guerras e revoluções civis. Se qualquer dos eventos não cobertos nos termos dos contratos de seguro vier a ocorrer, o investimento pode ser adversamente afetado, obrigando a Companhia a incorrer em custos adicionais resultando em prejuízos operacionais.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2. Expectativa de variação na exposição aos riscos

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Há monitoramento constantemente do cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance. A Companhia possui elevado grau de controle sob seus fornecedores visando evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução aos fatores de risco já relacionados no item 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 a Companhia e suas controladas eram partes de processos judiciais, cujo valor envolvido de perdas possíveis e prováveis estão apresentados abaixo;

<u>Cíveis, Trabalhista e Tributárias</u> (em R\$ mil)	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Prováveis	4.288	1.835	1.903
Possíveis	10.338	15.823	12.038
<u>Possíveis</u>			
Trabalhista	7.822	108.336	3.987
Tributária	125	147	302
Cível	<u>2.391</u>	<u>7.340</u>	<u>7.749</u>
	<u>10.338</u>	<u>115.823</u>	<u>12.038</u>

Adicionalmente, em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A contestação da Companhia foi protocolada e a audiência de instrução inicialmente marcada para 14 de agosto de 2014, e adiada pelo Juiz para o dia 13 fevereiro de 2015. A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A Acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme expressamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia. Os assessores jurídicos consideram prováveis as chances de êxito da Companhia em referida ação, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações financeiras.

Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução supramencionada, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, a Companhia não aceitou o acordo, mas esse fato não altera a probabilidade de êxito do processo conforme posição dos assessores jurídicos.

O julgamento esta previsto para ocorrer em 2015.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**4.4 Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest**

A Companhia não possui processo judicial sob sigilo, em que ela ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

A ação ordinária com pedido de liminar movida pelo acionista Marcos Ribeiro Simon, com o intuito de anular o aumento de capital proposto em Assembleia Geral Extraordinária de 20/09/2010, foi julgada improcedente em primeira e segunda instância, tendo seu trânsito em julgado ocorrido em 07/08/2014 e arquivada definitivamente.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 Processos sigilosos relevantes

A Companhia e as suas Subsidiárias não são partes em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios que sejam sigilosos e relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 Processos repetitivos ou conexos

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, exceto aqueles já descritos neste item 4.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

A Companhia e suas controladas não possuem outras contingências relevantes além das descritas neste item 4.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 Regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem

Não aplicável à Companhia uma vez que essa não emite valores mobiliários no exterior.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.1 RISCO DE MERCADO

A conjuntura política e econômica brasileira pode prejudicar nosso desempenho financeiro e o preço de mercado de nossas Ações.

A Companhia não tem controle sobre medidas ou políticas econômicas do Governo Federal. O seu negócio, situação financeira e resultados operacionais, bem como o preço de mercado de suas ações poderão ser prejudicados pelas alterações da política pública no que tange:

- flutuação das taxas de câmbio;
- controles cambiais e restrições a remessas ao exterior;
- inflação;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados financeiros, creditícios e de capitais nacionais;
- política fiscal e regime fiscal e
- demais eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afete.

Acontecimentos na economia global e demais mercados emergentes poderão afetar nosso acesso a financiamento e diminuir o preço de mercado de nossas Ações.

O mercado de valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras é influenciado em graus variados pela conjuntura econômica e de mercado global, especialmente por aquela dos países da América Latina e demais mercados emergentes. A reação dos investidores a acontecimentos registrados nesses outros países poderá surtir impacto prejudicial no valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros. As crises em outros países emergentes ou as políticas econômicas de outros países, em especial as que vigorarem nos Estados Unidos, poderá tolher a demanda dos investidores com relação a valores mobiliários de empresas brasileiras, inclusive nossas Ações. Quaisquer dos acontecimentos descritos acima poderão prejudicar o valor de mercado das ações da Companhia, além de obstar sua capacidade de acesso aos mercados de capital e de financiar suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou em absoluto.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar nossas atividades e a negociação das Ações.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez não sejamos capazes de reajustar os preços que cobramos dos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a estrutura de custos, o que poderá resultar em redução da margem operacional líquida da Companhia.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como a negociação das ações.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. Não se pode garantir que o Real não sofrerá uma depreciação maior ou não será desvalorizado em relação ao Dólar novamente.

As desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como o preço de mercado das nossas ações.

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente às variações das taxas que remunera suas aplicações financeiras, dívidas e demais ativos e passivos. Abaixo seguem os principais indexadores presentes em nosso plano de negócios:

- INCC: a maior parte de nossos custos e toda saldo de nossos contratos de administração de obras não finalizados é atualizada pelo índice INCC.
- Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”): todas as nossas aplicações financeiras e quase o total de nosso endividamento total estão atrelados ao CDI.

Riscos Cambiais

A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Políticas de Gerenciamento

a. Riscos para os quais se busca proteção

Conforme item 5.1 deste formulário, o principal risco de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações em índices de inflação e taxas de juros, refletidos diretamente no custo da construção.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é basicamente atrelar aos seus ativos os mesmos índices dos seus passivos:

- (i) INCC: a maior parte dos custos da Companhia está atrelada a este índice; para minimizar esta exposição, a Companhia atualiza pelo INCC os seus contratos de prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e suas controladas em conjunto são as aplicações financeiras, captações de empréstimos para captação de giro e para financiar os empreendimentos em construção, todas em condições normais de mercado.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas pela Companhia versus as vigentes no mercado.

e. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A diretoria financeira, juntamente com a controladoria e jurídico, analisam os riscos periodicamente para informar à diretoria e ao conselho de administração, os quais avaliam se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Por meio da estrutura organizacional multidisciplinar, da qual a diretoria também utiliza como estratégia de proteção patrimonial, a diretoria monitora e avalia a adequação das operações da Companhia com as políticas adotadas.

5.3 - Descrição dos controles internos

5.3 Alterações Significativas

Não houve nos últimos 03 exercícios sociais alterações significativas nos riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco na forma de seu gerenciamento.

5.4 - Alterações significativas

5.4 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.5 Outras informações relevantes – Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	25/10/1966
Forma de Constituição do Emissor	SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

6.3 Breve Histórico

Com 60 anos de atuação, a Construtora Adolpho Lindenberg entregou cerca de 500 empreendimentos em todo território nacional.

O *status* de verdadeira grife do mercado imobiliário do qual a marca hoje desfruta tem origem em uma rara e obstinada combinação de apuro estético, boas soluções arquitetônicas, excelência no processo construtivo, inovação e um relacionamento próximo e duradouro com seus clientes. A qualidade e durabilidade de seus empreendimentos e a reputação de sua marca, única, desejada e respeitada, também transformaram os produtos Lindenberg em um excelente investimento.

Desde 2004, a empresa atua em estreita parceria com a Lindencorp, incorporadora que empresta aos seus empreendimentos de alto padrão os valores da grife Lindenberg. Frente à realidade cada vez mais competitiva do mercado imobiliário nacional, a soma de diferenciais como solidez, lastro, capacidade de inovação, qualidade e um reconhecido padrão de excelência fazem desse encontro uma oportunidade de diferenciação genuína.

Em abril de 2008, esta já muito bem sucedida parceria é finalmente formalizada com a aquisição do controle acionário da construtora por parte da LDI, holding controladora da Lindencorp, entre outras empresas.

Desde a aquisição acima mencionada, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A começou um processo de reestruturação da companhia, para redução dos prejuízos acumulados e a busca por resultados positivos. Parte importante desta reestruturação foi o aumento de capital da companhia proposto em 20 de setembro de 2010 em Assembleia Geral Extraordinária, e homologado em 01 de Agosto de 2011 pelo Conselho de Administração.

Essa operação aumentou em R\$ 30.000 o capital social da companhia mediante a emissão de 101.040 (cento e uma mil e quarenta) ações ordinárias e 202.079 (duzentas e duas mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal, com os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias e preferenciais existentes.

A Companhia persistiu no processo de ajustes das suas contas para reversão do patrimônio líquido negativo, sendo outra etapa importante a redução de capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2012. Nesta oportunidade os acionistas votaram a proposta de redução no valor de R\$ 37.852.195,79 passando o capital social de R\$ 38.968.552,79 para R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais). O valor da redução de capital foi integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia datado de 31 de dezembro de 2011.

Todos esses esforços resultaram na reversão do patrimônio líquido negativo da Companhia no terceiro trimestre de 2013.

Devido aos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2013, a Companhia realizou a destinação de parte deste para aumento do Capital Social passando de R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais) para R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.899.538,50 (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil e quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 30 de abril de 2014.

6.3 - Breve histórico

Em decorrência dos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2014, a Companhia realizou novamente a destinação de parte do resultado para aumento do Capital Social passando de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.980.952,42 (um milhão, novecentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 31 de março de 2015.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.5 Principais eventos societários

Mudança de acionista controlador

Em 01 de abril de 2008, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. (“LDI”), celebrou com BCME Participações e Negócios Ltda (Antigo Controlador da Companhia doravante denominado “BCME”), contrato de compra e venda de ações e outras avenças, tendo como objeto a aquisição do controle da Companhia, mediante aquisição de participação direta e indireta de 18.555 ações ordinárias, representativas de 80,67% do capital votante e 12.817 ações preferenciais, representativas de 27,86% do total de ações preferenciais, totalizando 45,47% do capital social total da Companhia na época.

Adicionalmente a BCME obrigou-se a vender para a LDI, que por sua vez se obrigou a adquirir, 1.750 ações ordinárias da Companhia, após a efetiva transferência destas ações pertencentes ao espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg para a BCME. Essa transferência foi formalizada em 13 de maio de 2014, sendo certo que nesta data as ações transferidas representavam 0,470% do capital social total da Companhia.

Aumento de Capital 2010/2011

Em 20 de setembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um aumento de capital para a companhia no valor de R\$ 30.000, mediante a emissão para subscrição privada, de 101.040 (cento e uma mil e quarenta) ações ordinárias e 202.079 (duzentas e duas mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal, com os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias e preferenciais existentes.

O preço de emissão foi definido em R\$ 98,97, por ação ordinária ou por ação preferencial, nos termos do disposto no artigo 170, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores e de acordo com justificativa aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/2009 disponibilizado aos acionistas.

A Assembleia Geral Extraordinária, também fixou o prazo para o direito de subscrição e integralização ao aumento de capital, sendo então até o dia 21 de outubro de 2010.

O Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento do capital social apenas em 01 de Agosto de 2011 devido a Ação Cautelar que suspendeu o seu curso natural (Processo nº 187628-0/000000-000) movida pelo acionista Sr. Marcos Ribeiro Simon.

Após o desfecho favorável para a Companhia nos autos da ação acima, o aludido aumento de capital teve retomada a contagem dos prazos para subscrição das sobras, e finalmente, em 26 de julho de 2011, publicado aviso aos acionistas de encerramento de prazos para subscrição das sobras.

A acionista LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. honrou o compromisso assumido, e após o encerramento do Segundo Prazo para Subscrição de Sobras, as 26 ações preferenciais residuais foram por ela, devidamente subscritas e integralizadas em 20 de julho de 2011.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Redução de Capital em 2012

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2012 os acionistas aprovaram a proposta de redução de capital da companhia no valor de R\$ 37.852.195,79, passando este de R\$ 38.968.552,79 para R\$ 1.116.357. O valor da redução de capital foi integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia datado de 31 de dezembro de 2011.

A Companhia já se encontrava com o seu patrimônio afetado em decorrência dos prejuízos acumulados. A redução de capital proporcionou melhor visualização e adequação do patrimônio líquido.

Aumento de Capital Social e Distribuição de Dividendos em 2014

Devido aos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2013, a Companhia realizou a destinação de parte deste para aumento do Capital Social passando de R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais) para R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.899.538,50 (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil e quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 30 de abril de 2014.

Destacamos ainda a reversão do Patrimônio Líquido da Companhia mediante a absorção dos Prejuízos Acumulados, que ocorreu com a apuração do resultado do 3º trimestre de 2013.

Aumento de Capital Social e Distribuição de Dividendos em 2015

A Companhia voltou a aumentar o seu capital social aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2015, no montante de R\$ 4.000.000,00, sem a emissão de novas ações, através da capitalização de parte da Reserva de Retenção de Lucros. A Companhia também realizou a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 1.980.952,42, o que demonstra os ótimos resultados obtidos através do empenho e comprometimento no desenvolvimento de suas atividades..

6.6 - Outras informações relevantes

6.6 Pedido de falência ou de recuperação

Nos 03 últimos exercícios não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1 Descrição da atividade do emissor

Objeto Social

O objeto social da Companhia, conforme definido em nosso Estatuto Social, é (i) venda e compra de imóveis; (ii) locação; (iii) desmembramento ou loteamento de terrenos; (iv) incorporação imobiliária; (v) construção de imóveis destinados a venda.

Atividade do emissor

O escopo de atuação da Companhia compreende a prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção de imóveis comerciais e residenciais, sendo eles próprios ou de terceiros.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2 Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

As receitas da Companhia advêm principalmente da prestação de serviços de construção e gestão de construção civil.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Receita Bruta (R\$ mil)	2014	2013	2012
Prestação de Serviços	45.901	42.760	31.729
Vendas de imóveis	-	370	545
Assistência Técnica	4.550	3.915	3.221
Total	50.451	47.045	35.495
% Prestação de Serviços	90,98%	90,89%	89,39%
% Vendas de imóveis	0%	0,79%	1,54%
% Assistência Técnica	9,02%	8,32%	9,07%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido consolidado do emissor

Não aplicável à Companhia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3 Produção / Comercialização / Mercados

a. Características do processo de produção

Atuando no setor de construção desde 1958, a A Construtora Adolpho Lindenberg possui mais de 500 empreendimentos construídos e em construção. A Companhia não possui equipamentos próprios de construção pesada, apenas dispendo de uma força de trabalho adequada para a construção. Com uma equipe própria de profissionais a Construtora Adolpho Lindenberg atua gerenciando a construção dos empreendimentos, enquanto subempreiteiras executam a obra. Substancialmente todas as obras são executadas por administração com custo alvo. O mercado de subempreiteiras é altamente fragmentado, com a entrada constante de novos participantes. Outrossim, a Companhia mantém um cadastro geral de fornecedores previamente homologados pela área de qualidade e suprimentos. A escolha destas subempreiteiras ocorre com base em uma combinação de qualificações, reputação, confiabilidade técnica e preço. Cada subempreiteiras deve ainda assegurar à Companhia de que cumpre com a legislação trabalhista e previdenciária antes de receber o pagamento.

A equipe própria da Companhia que efetua gestão e fiscalização da obra permanece em tempo integral na obra, formada por engenheiros, mestres, técnicos de edificação, técnicos de segurança e encarregados especializados por tipo de serviço e/ou etapa construtiva, além de pessoal administrativo. Dessa forma, garante-se o controle total do andamento físico e financeiro da obra, qualidade dos serviços (inclusive executados por subempreiteiros), cumprimento das normas de segurança, a entrega das unidades vendidas no prazo e administração dos materiais, ferramentas e equipamentos utilizados. Salienta-se ainda que todos os serviços executados por subempreiteiros seguem os projetos desenvolvidos pela construtora e os padrões determinados pela área de qualidade.

A Companhia conta com know-how e capacitação significativos e distintos na produção de edifícios residenciais e comerciais. Nas principais fases das obras, como o levantamento da estrutura de concreto, emprega-se técnicas de construção padronizadas destinadas a racionalizar a produção, maximizar a produtividade e controle de qualidade, minimizar o desperdício de materiais e o tempo ocioso de trabalhadores. A Construtora Adolpho Lindenberg dá grande importância ao controle de qualidade e, para tanto, além dos controles internos, utiliza-se de empresas terceirizadas para auditar os procedimentos de execução das obras, qualidade dos produtos e serviços.

A Construtora Adolpho Lindenberg utiliza processos de construção padronizados, fazendo uso dos mais modernos recursos disponíveis no mercado. A equipe de engenharia é altamente qualificada e, além da experiência técnica, tem habilidade para gerenciar as condições sociais, econômicas e ambientais de cada região em que atua. Os edifícios são construídos segundo rigorosos padrões de segurança e qualidade e as unidades são equipadas com acessórios e materiais modernos, de alta qualidade e de fabricantes de renome. As áreas comuns geralmente incluem jardins, além de áreas de lazer, tais como piscinas, inclusive aquecidas, quadras de esportes, áreas de fitness, salões de recreação e playgrounds.

b. Características do processo de distribuição

A Companhia possui uma equipe própria de prospecção e desenvolvimento que avalia as necessidades de crescimento e busca novos negócios através de parcerias com incorporadores e processos de licitações.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

c. Características dos mercados de atuação

i. Participação em cada um dos mercados

A Companhia tem como foco o desenvolvimento de empreendimentos residenciais e comerciais na Capital e Região Metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e interior do Estado de São Paulo.

ii. Condições de competição nos mercados

Os principais fatores competitivos no ramo de incorporações imobiliárias incluem disponibilidade e localização de terrenos, preços, financiamento, projetos, qualidade, reputação e Parcerias com incorporadores.

d. Eventual sazonalidade

Embora o mercado imobiliário em geral costume desacelerar durante alguns meses do ano (janeiro, fevereiro e julho de cada ano) em função de férias, que acabam influenciando em decisões de investimento, as atividades da Companhia não são afetadas de forma relevante pela sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substitui-se o fornecedor. Não é prática da Companhia celebrar acordos de exclusividade com fornecedores, sendo que para cada empreendimento é contratado o fornecedor mais adequado, com base nos preços, qualidade e condições de entrega dos produtos.

Além disso, o Departamento de Suprimentos da Companhia realiza um trabalho DE programação da aquisição de insumos, de forma a evitar atrasos nas obras por falta de material, além de permitir ganhos de volume com a negociação simultânea de insumos de obras diferentes. Não são mantidos estoques de materiais de construção.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência em relação a qualquer fornecedor uma vez que a Companhia atua com uma vasta lista de fornecedores previamente cadastrados e homologados.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Ao indexar os recebíveis dos clientes de obras não concluídas ao INCC, a Companhia se protege de eventuais volatilidades nos preços dos insumos.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4 Principais Clientes

Os principais clientes da companhia são empresas coligadas e/ou controladas principalmente pela Lindencorp Participações e Incorporação Ltda e EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A.

Estas receitas advém da prestação de serviços da administração de construção para diversas SPE's que estão alocados os diversos empreendimentos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 Efeitos da regulação estatal

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Por se tratar de uma Companhia com seu principal foco na atividade de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção, a regulação estatal se dá através do órgão de fiscalização CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo) e CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), sendo as demais aprovações de responsabilidade dos proprietários e do incorporador.

b. Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se foro caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais relativos à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A companhia tem o registro junto ao INPI da marca “Construtora Adolpho Lindenberg S/A” na classe de construção de imóveis, serviços de projetos arquitetônicos e de engenharia e construção civil. Entendemos que a marca tem um valor agregado muito importante e que resulta na obtenção de novos negócios e oportunidades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 Receitas relevantes no exterior

Não aplicável à Companhia

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7 Efeitos de regulação estrangeira

Não aplicável à Companhia

7.8 - Políticas socioambientais

7.8. Informações sobre relações de longo prazo relevantes do emissor

Em 2011 a Companhia implantou um departamento, denominado “PROTEQ”, cujas responsabilidades principais abrangem:

- Manter e aprimorar o sistema de gestão da qualidade da Companhia;
- Aprimoramento e manutenção dos seus procedimentos técnicos e processos;
- Implementar ações de capacitação para a equipe técnica;
- Definir, coletar e efetuar a análise dos indicadores de desempenho técnico e de gestão dos empreendimentos; prospectar, qualificar e realizar o acompanhamento dos fornecedores da Companhia (materiais e serviços);
- Efetuar a análise técnica das novas tecnologias em processos e produtos antes da inserção nos procedimentos executivos.

Além dessas atribuições, o Proteq estabeleceu e mantém o monitoramento dos indicadores de sustentabilidade da Companhia, relacionados ao consumo de água e energia elétrica. Tais indicadores têm contribuído para a melhoria da gestão do insumo, bem como para a rápida detecção de ocorrências que possam estar relacionadas com o desperdício/consumo fora do padrão.

Em adição as atividades de monitoramento da geração de resíduos em nossos canteiros, o Proteq tem atuado no sentido de estabelecer procedimentos específicos relacionados à gestão e à redução dessa geração de resíduos, através de ações diretas nos canteiros e indiretas junto ao desenvolvimento de produto, projetos, novas tecnologias, bem como para o estabelecimento de ações mitigadoras para os potenciais passivos ambientais.

Ciente de que os aspectos de sustentabilidade devem estar abordados já na fase inicial dos empreendimentos, a Companhia já tem em seus processos de desenvolvimento produtos que incorporam soluções mais “amigáveis” quanto à eficiência energética, emprego dos recursos naturais e impactos junto à vizinhança (acessos/disponibilidade de transporte público, etc.).

Assim, muito embora a Companhia não divulgue um relatório de sustentabilidade, ela desenvolve várias ações que visam mitigar o impacto que as suas operações podem causar no meio ambiente. Por fim, a Companhia entende que a conscientização dos seus colaboradores diretos, indiretos e parceiros comerciais é a melhor e mais efetiva forma de implementar projetos para sustentabilidade ambiental.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

8.1 - Negócios extraordinários

8.1 Grupo econômico

a. Controladores diretos e indiretos

A acionista LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A possui 94,32% das ações ordinárias da CAL e 81,77% das ações preferenciais. A acionista LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A., representa 85,96% do total das ações.

b. Controladas e coligadas

CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra LTDA

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,01%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Lindenberg São Paulo Incorporadora LTDA

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,01%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Adolpho Lindenberg Construtora LTDA

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,00%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Toliara Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 30,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários.

Amadora Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 10,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários.

c. Participações do emissor em sociedades do grupo

Não aplicável

8.1 - Negócios extraordinários

d. Participações de sociedades do grupo no emissor

LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A possui 94,32% das ações ordinárias da CAL e 81,77% das ações preferenciais.

e. Sociedades sob controle comum

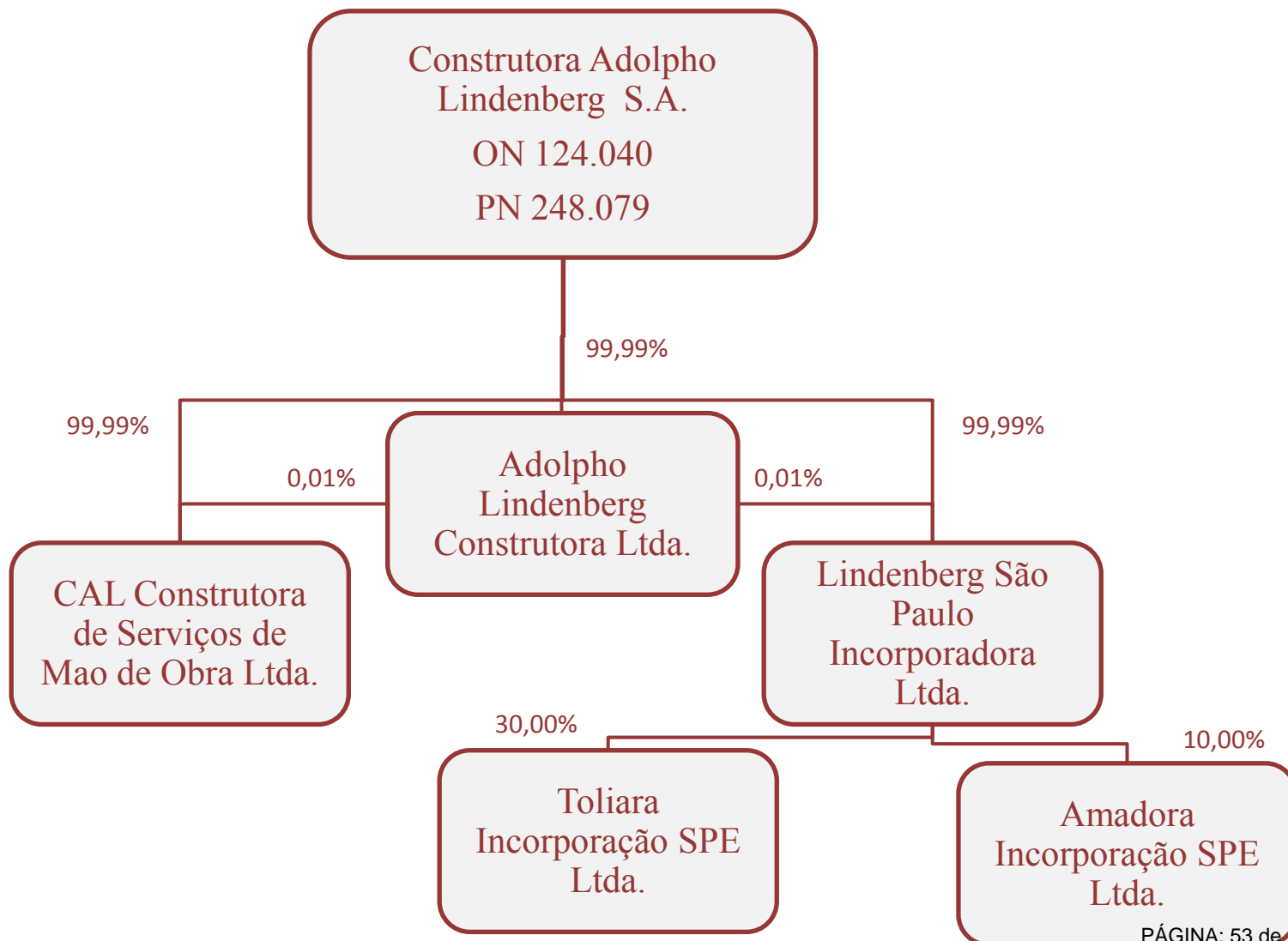
Não aplicável



Adolpho Lindenberg

CONSTRUTORA

8.2. Organograma do grupo econômico em que se insere a Companhia, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1.



8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.3 Contratos Relevantes

A Companhia não possui Contratos Relevantes

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1. Outros bens relevantes ativo não circulante

a. Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento

Descrição	% Taxa de Depreciação / ano	Controladora			Consolidado		
		2014	2013	2012	2014	2013	2012
Veículos	20	95	68	68	95	68	68
Equipamentos e Instalações de Escritório	10	132	140	129	140	140	136
Total		227	208	197	235	208	204
(-)Depreciação Acumulada		(202)	(203)	(194)	(209)	(203)	(201)
Total Líquido		25	5	3	25	5	3

b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Descrição	Controladora e Consolidado		
	2014	2013	2012
Softwares (taxa amortização 20% ao ano)	105	105	105
Marcas e Patentes	42	42	42
Total	147	147	147
(-) Amortização	(86)	(73)	(60)
Intangível Líquido	61	74	87

i. duração

O prazo de vigência nas marcas e patentes da Companhia é o prazo legal de 10 anos para as marcas, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, e de 20 anos para as patentes, nos termos da Lei 9.279/96.

ii. território atingido

Território Brasileiro.

iii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

Não há eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, além dos legalmente previstos.

iv. possíveis conseqüências da perda de tais direitos para a Companhia

Eventuais indeferimentos de patentes, marcas, domínios e licenças não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pela Companhia

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Veículo	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos e Instalações de Escritório	Brasil	SP	São Paulo	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marcas e Patentes	10	Não há eventos que possam causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, além dos legalmente previstos.	Eventuais indeferimentos de patentes, marcas, domínios não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pela Companhia.
Licenças	Licenças de uso de Software	10	Não existem eventos que possam causar a perda dos direitos.	Eventuais indeferimentos de licenças não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pela Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	9.546,00		
31/12/2014	5334,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	-4005,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	-6.337,00		
31/12/2014	-4180,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	3196,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA								
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA	06.138.869/0001-83	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	12.678,00		
31/12/2014	2679,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	4209,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								

9.2 - Outras informações relevantes

9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia possui participação indireta de 30% na SPE Toliara Incorporação SPE Ltda, e 10% na SPE Amadora Incorporação SPE Ltda., através de sua controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Em atenção ao item 10.1 do Formulário de Referência – IN CVM 480/09, seguem os comentários dos Diretores da Companhia:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Ao final do exercício social de 2015, a Companhia possuía R\$18,1 milhões em caixa e equivalentes, um aumento de 36,9% quando comparado aos R\$13,2 milhões de 2014 que, por sua vez, representaram um aumento de 182,5% quando comparado aos R\$4,7 milhões de 2013. Desta forma, a Diretoria considera o montante em caixa suficiente para atender o financiamento de suas atividades e recobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 apresentou resultados operacionais e financeiros recordes resultantes da consolidação do processo de reestruturação estratégica da Companhia, iniciado em 2008.

Ao final do exercício social de 2015, a receita líquida da Companhia alcançou o montante de R\$45,5 milhões, um crescimento de 1,1% quando comparado aos R\$45,0 milhões do exercício social de 2014 que, por sua vez, foi 4,7% maior que a receita líquida do exercício de 2013, no montante de R\$43 milhões. O aumento da receita líquida da Companhia desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 decorreu, principalmente: (i) do processo de reestruturação financeira da Companhia, com o aumento de capital de R\$30,0 milhões realizado em agosto de 2011; (ii) da reorganização interna da Companhia, por meio do qual foram criados 4 novos departamentos (“Proteq, Tecnologia e Qualidade”, “Assistência Técnica”, “Planejamento Técnico e Orçamento” e “Segurança e Medicina do Trabalho”); (iii) do crescimento do nível de atividade que resulta, em 31 de dezembro de 2015, em uma carteira de obras composta de 8 empreendimentos compreendendo 13 torres, das quais, 6 obras são residenciais, 1 obra comercial e 1 obra multi-uso, totalizando 312,1mil m²; e (iv) da participação em incorporações.

A Diretoria da Companhia acredita que, mesmo com todas as dificuldades do mercado imobiliário, conseguimos encerrar o exercício social de 2015 com um excelente resultado refletido pelo lucro bruto de R\$22,2 milhões, um aumento de 3,8% quando comparado aos R\$21,4 milhões do mesmo período em 2014, com uma margem bruta de 48,7%, e com o lucro de R\$18,8 milhões do mesmo período em 2013, representando um aumento de 6,1%, devido a um forte desempenho operacional da Companhia com a manutenção dos patamares de margem bruta em um novo volume de operação. É importante destacar que, em 31 de dezembro de 2013 e 2014, dado o rígido controle de custos da Companhia, o incremento no lucro bruto em ambos os períodos se justificou pelo volume de obras executadas e sendo entregues em linha com o orçamento, permitindo que orçamentos de suas obras caminham dentro ou abaixo do esperado. Isso pôde ser observado uma vez que a margem bruta foi mantida mesmo com o grande incremento no volume da operação.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Enquanto que a Diretoria da Companhia considera importante destacar a reversão do patrimônio líquido da Companhia, que passou de R\$5,8 milhões negativos em 31 de dezembro de 2012, para um patrimônio líquido positivo de R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2013, a Diretoria também entende ser relevante apontar o aumento do seu patrimônio líquido em 70,6% durante o ano de 2015 totalizando R\$26,9 milhões. Durante o exercício de 2014 destacamos um acréscimo de 56,9% em comparação com o mesmo período de 2013 totalizando o valor de R\$15,7 milhões.

O resultado obtido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 apresenta o foco na consistência operacional, com crescimento das margens e rentabilidade para a operação. Importante destacar que a Companhia não possui endividamento e encontra-se numa situação de Caixa Líquido bastante confortável para a operação futura da Companhia, principalmente diante de um cenário mais desafiador.

O ano de 2014 foi marcado pela manutenção do alto volume operacional e pela liquidação total da dívida da Companhia. O resultado obtido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi marcado pela compensação de prejuízos acumulados, reversão do Patrimônio Líquido negativo e ao retorno da provisão de pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia no valor de R\$2,9 milhões realizado em maio de 2014.

Durante 2015 foram entregues 5 empreendimentos compostos por 9 torres, 928 unidades e 180,5 mil m² construídos. No mesmo período, iniciamos a construção da obra residencial Lindenberg Jundiaí de alto padrão, localizada no interior de São Paulo, formado por 1 torre, 44 unidades e 20,2 mil m².

Apesar de todas as dificuldades do setor de atuação da Companhia (mercado imobiliário), a Diretoria da Companhia entende que, em 31 de dezembro de 2015 obtivemos um resultado operacional excelente com um volume de obras de 312,1 mil m² distribuídas em 8 obras e compostas por 13 torres, sendo 6 obras residenciais, 1 obra comercial e 1 obra multi-uso totalizando atualmente 2.558 unidades em construção, todas localizadas no Estado de São Paulo, uma redução de 24,2% quando comparado com os 412 mil m² do exercício de 2014, uma redução de 19,7%, em relação aos 513,0 mil m² de obras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 era composta da seguinte forma:

(Em R\$ milhões)	31/12/2013	%	31/12/2014	%	31/12/2015	%
Capital de Terceiros ¹	R\$0,7	6,5%	R\$0,0	0%	R\$0,0	0%
Capital Próprio ²	R\$10,0	93,5%	R\$15,7	100%	R\$26,9	100%
Total	R\$10,7	100%	R\$15,7	100%	R\$26,9	100%

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos da Companhia circulantes e não circulantes.

(2) Capital Próprio corresponde ao patrimônio líquido da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(i) hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia acredita que nossas principais fontes de recursos são: (i) receitas provenientes dos serviços de construção e gerenciamento de construção prestados; (ii) receitas de assistência técnica; e (iii) receitas de unidades imobiliárias vendidas.

A Diretoria da Companhia acredita que os recursos existentes e a nossa geração de caixa operacional serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

Nosso EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$15,6 milhões, com uma margem EBITDA de 34,3%, um aumento de 64,5% em relação aos R\$9,5 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Nosso EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$9,5 milhões, com uma margem EBITDA de 21,1%, uma redução de 32,0% em relação aos R\$14,0 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de novas receitas e, adicionalmente, contratamos financiamentos bancários, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados

R\$ milhões	2013	2014	2015
Empréstimos e financiamentos	R\$0,7	R\$0,0	R\$0,0
Contas a pagar a fornecedores	R\$0,2	R\$0,2	R\$0,3
Obrigações trabalhistas e tributárias	R\$6,7	R\$8,6	R\$7,8
Provisão para garantia de obras	R\$6,6	R\$8,6	R\$10,5
Dividendos a pagar	R\$2,9	R\$1,9	R\$1,9
Obrigações tributárias parceladas	R\$5,5	R\$4,3	R\$3,9

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode vir a depender, embora de forma reduzida, de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda;**(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos últimos 3 exercícios sociais (em milhares de reais):

Tipo de operação	Taxa de juros	Tipo	Venc. final	Controladora			Consolidado		
				2015	2014	2013	2015	2014	2013
Banco Safra S.A.	Entre 10% e 12% a.a + IGP-M	Cessão de recebíveis	Ago/2017	-	-	-	-	-	725
				-	-	-	-	-	725
Circulante				-	-	-	-	-	-
Não circulante				-	-	-	-	-	725

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento da Companhia consistia em uma cessão de recebíveis no valor total de R\$725 mil, com vencimento final em agosto de 2017, que foi quitada durante o exercício de 2014.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Nossos empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas relativas à *covenants*.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os recursos dos financiamentos já contratados foram utilizados e quitados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014**

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M15	12M14	Var. %
Ativo	55.040	44.050	24,9%
Circulante	30.988	20.710	49,6%
Caixa e equivalentes de caixa	18.120	13.239	36,9%
Contas a receber de clientes	11.546	5.653	104,2%
Impostos a recuperar	1.298	1.801	-27,9%
Demais ativos circulantes	24	17	41,2%
Não Circulante	24.052	23.340	3,1%
Contas a receber de clientes	2.007	2.615	-23,3%
Impostos diferidos	6.657	7.437	-10,5%
Depósitos judiciais	617	234	163,7%
Imovéis a comercializar	813	841	-3,3%
Demais ativos não circulantes	4	141	-97,2%
Investimentos	13.860	11.986	15,6%
Imobilizado	26	25	4,0%
Intangível	68	61	11,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	55.040	44.050	24,9%
Circulante	14.461	12.892	12,2%
Fornecedores	266	165	61,2%
Obrigações trabalhistas e tributárias	7.770	8.573	-9,4%
Obrigações tributárias parceladas	703	642	9,5%
Dividendos a pagar	3.476	1.989	74,8%
Provisão para garantia de obras	2.243	1.523	47,3%
Demais passivos circulantes	3	-	0,0%
Não Circulante	13.710	15.411	-11,0%
Obrigações tributárias parceladas	3.249	3.663	-11,3%
Provisão para garantia de obras	8.236	7.134	15,4%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.937	4.288	-54,8%
Demais passivos não circulantes	288	326	-11,7%
Patrimônio Líquido	26.869	15.747	70,6%
Capital social	12.000	8.000	50,0%
Reserva de lucros	14.869	8.398	77,1%
Reserva especial	-	(651)	-100,0%

Demonstrações Financeiras Auditadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de 24,9% em relação a 31 de dezembro de 2014, que totalizou R\$44,0 milhões. Tal aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$5,9 milhões na posição de contas a receber de clientes e do aumento de R\$ 4,8 milhões na posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$28,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma variação negativa de 0,8% em relação a 31 de dezembro de 2014, que totalizou R\$24,3 milhões, sendo que tal aumento ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$2,3 milhões a título de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$28,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, em relação a 31 de dezembro de 2014, que era de R\$15,7 milhões. Tal acréscimo ocorreu principalmente devido aos ótimos resultados da Companhia no exercício social de 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M15	12M14	Var. %
Receita Operacional Bruta	50.832	50.451	0,8%
Receita de Prestação de Serviços	45.715	45.901	-0,4%
Receita de Assistência Técnica	5.061	4.550	11,2%
Receita de Venda de Imóveis	56	-	0,0%
Deduções da Receita Bruta	(5.325)	(5.426)	-1,9%
Impostos Incidentes sobre Vendas	(5.325)	(5.426)	-1,9%
Receita Operacional Líquida	45.507	45.025	1,1%
Custos dos Serviços Prestados	(23.327)	(23.663)	-1,4%
Custos de Prestação de Serviços	(19.971)	(20.584)	-3,0%
Custos de Assistência Técnica	(3.300)	(3.079)	7,2%
Custos de Venda de Imóveis	(56)	-	0,0%
Lucro Bruto	22.180	21.362	3,8%
Margem Bruta (%)	48,7%	47,4%	1,3 pp
(Despesas) Receitas	(6.570)	(11.871)	-44,7%
Administrativas, comerciais e gerais	(11.003)	(13.393)	-17,8%
Equivalência patrimonial	2.043	1.386	47,4%
Outras receitas operacionais líquidas	2.390	136	1657,4%
EBITDA	15.610	9.491	64,5%
Margem EBITDA (%)	34,3%	21,1%	13,2 pp
Resultado Financeiro	1.509	264	471,6%
Despesas Financeiras	(462)	(629)	-26,6%
Receitas Financeiras	1.971	893	120,7%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	17.119	9.755	75,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.533)	(1.414)	79,1%
Correntes	(1.765)	(2.163)	-18,4%
Diferidos	(768)	749	-202,5%
Lucro Líquido do Período	14.586	8.341	74,9%
Margem Líquida (%)	32,1%	18,5%	13,5 pp

Demonstrações Financeiras Auditadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, atingiu R\$45,5 milhões, um crescimento de 1,1% em relação a 31 de dezembro de 2014 que atingiu R\$45,0 milhões. Esta pequena variação positiva da receita deveu-se, principalmente, ao aumento no volume de obras em execução ao longo dos doze meses.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$23,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, contra R\$23,7 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de 1,4% em razão do volume de obras em execução e entregues, que tem como foco de atuação a Região Metropolitana de São Paulo, região para a qual o INCC vem se mostrando um bom indexador da inflação dos custos.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$22,2 milhões, um crescimento de 3,8% em relação a 31 de dezembro de 2014 que atingiu R\$21,3 milhões, devido a um forte desempenho operacional da Companhia com a manutenção dos patamares de margem bruta em um novo volume de operação. Importante notar que a margem bruta da Companhia em 2015 foi de 48,7% e 1,3 p.p. acima quando comparada com a margem bruta de 2014 que foi de 47,4%, o que demonstra a capacidade da Companhia em operar nesse novo patamar de forma rentável.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido totalizou R\$14,6 milhões, um aumento de 74,9% em relação a 31 de dezembro de 2014 que atingiu R\$8,3 milhões. Tal aumento deve a manutenção do volume operacional da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013**

Balancos Patrimoniais Consolidado			
Período encerrados em 31.dezembro	12M14	12M13	Var. %
(Em milhares de Reais - R\$)			
Ativo	44.050	34.572	27,4%
Circulante	20.710	14.510	42,7%
Caixa e equivalentes de caixa	13.239	4.686	182,5%
Contas a receber de clientes	5.653	8.001	-29,3%
Impostos a recuperar	1.801	1.811	-0,6%
Demais ativos circulantes	17	12	41,7%
Não Circulante	23.340	20.062	16,3%
Contas a receber de clientes	2.615	2.576	1,5%
Impostos Diferidos	7.437	6.691	11,1%
Depósitos judiciais	234	458	-48,9%
Imovéis a comercializar	841	841	0,0%
Demais ativos não circulantes	141	427	-67,0%
Investimentos	11.986	8.990	33,3%
Imobilizado	25	5	400,0%
Intangível	61	74	-17,6%
Passivo e Patrimônio Líquido	44.050	34.572	27,4%
Circulante	12.892	12.151	6,1%
Empréstimos e financiamentos	-	258	-100,0%
Fornecedores	165	218	-24,3%
Obrigações trabalhistas e tributárias	8.573	6.664	28,6%
Obrigações tributárias parceladas	642	909	-29,4%
Dividendos a pagar	1.989	2.900	-31,4%
Contas a pagar para partes relacionadas	-	-	0,0%
Provisão para garantia de obras	1.523	1.193	27,7%
Demais passivos circulantes	-	9	-100,0%
Não Circulante	15.411	12.383	24,5%
Empréstimos e financiamentos	-	467	-100,0%
Obrigações tributárias parceladas	3.663	4.565	-19,8%
Provisão para garantia de obras	7.134	5.381	32,6%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.288	1.835	133,7%
Demais passivos não circulantes	326	135	141,5%
Patrimônio Líquido	15.747	10.038	56,9%
Capital social	8.000	1.117	616,2%
Reserva de lucros	8.398	8.921	-5,9%
Reserva especial	(651)	-	0,0%

Demonstrações Contábeis Auditadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$44,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 27,4% em relação a 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$34,5 milhões. Tal aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$8,5 milhões na posição de caixa e equivalentes de caixa e do aumento de R\$ 3,0 milhões na posição de investimentos da Companhia.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$28,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma variação positiva de 15,5% em relação a 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$24,5 milhões, sendo que tal aumento ocorreu principalmente devido ao: (i) aumento de R\$1,9 milhões em obrigações trabalhistas e tributárias; e (ii) aumento de R\$2,4 milhões a título de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$15,7 milhões em 31 de dezembro de 2014, em relação a 31 de dezembro de 2013, que era de R\$10,0 milhões. Tal acréscimo ocorreu principalmente devido aos ótimos resultados da Companhia no exercício social de 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Demonstrações de Resultados Consolidado			
Período findos em 31.dezembro	12M14	12M13	Var. %
(Em milhares de Reais - R\$)			
Receita Operacional Bruta	50.451	47.045	7,2%
Receita de Prestação de Serviços	45.901	42.760	7,3%
Receita de Assistência Técnica	4.550	3.915	16,2%
Receita de Vendas de Imóveis	-	370	-100,0%
Deduções da Receita Bruta	(5.426)	(4.024)	34,8%
Impostos Incidentes sobre Vendas	(5.426)	(4.024)	34,8%
Receita Operacional Líquida	45.025	43.021	4,7%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(23.663)	(22.879)	3,4%
Custos de Prestação de Serviços	(20.584)	(19.364)	6,3%
Custos de Assistência Técnica	(3.079)	(3.420)	-10,0%
Custos de Vendas de Imóveis	-	(95)	-100,0%
Lucro Bruto	21.362	20.142	6,1%
Margem Bruta (%)	47,4%	46,8%	0,6 pp
(Despesas) Receitas	(11.871)	(6.187)	91,9%
Administrativas, comerciais e gerais	(13.393)	(9.039)	48,2%
Equivalência patrimonial	1.386	2.281	-39,2%
Outras receitas operacionais líquidas	136	571	-76,2%
EBITDA	9.491	13.955	-32,0%
Margem EBITDA (%)	21,1%	32,4%	-11,4 pp
Resultado Financeiro	264	(309)	-185,4%
Despesas Financeiras	(629)	(898)	-30,0%
Receitas Financeiras	893	589	51,6%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	9.755	13.646	-28,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.414)	5.110	-127,7%
Correntes	(2.163)	(1.581)	36,8%
Diferidos	749	6.691	-88,8%
Lucro Líquido do Exercício	8.341	18.756	-55,5%
Margem Líquida (%)	18,5%	43,6%	-25,1 pp

Demonstrações Contábeis Auditadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, atingiu R\$45,0 milhões, um crescimento de 4,7% em relação a 31 de dezembro de 2013 que atingiu R\$43,0 milhões. Esta pequena variação positiva da receita deveu-se, principalmente, ao aumento no volume de obras em execução ao longo dos doze meses.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$23,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, contra R\$22,9 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 3,4% em razão do aumento do volume de obras em execução relativos ao crescimento da Companhia, que tem como foco de atuação a Região Metropolitana de São Paulo, região para a qual o INCC vem se mostrando um bom indexador da inflação dos custos.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$21,4 milhões, um crescimento de 6,1% em relação a 31 de dezembro de 2013 que atingiu R\$20,1 milhões, devido a um forte desempenho operacional da Companhia com a manutenção dos patamares de margem bruta em um novo volume de operação. Importante notar que a margem bruta da Companhia manteve-se no mesmo patamar de 47%, o que demonstra a capacidade da Companhia em operar nesse novo patamar de forma rentável.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o lucro líquido totalizou R\$8,3 milhões, uma redução de 55,5% em relação a 31 de dezembro de 2013 que atingiu R\$18,8 milhões. Tal redução deveu-se principalmente à constituição de R\$6,7 milhões de imposto diferido registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, evento este não recorrente no resultado da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

Balanco Patrimonial Consolidado (Em milhares de Reais - R\$)	12M13	12M12	Var. %
Ativo	34.572	18.152	90,5%
Circulante	14.510	7.684	88,8%
Caixa e equivalentes de caixa	4.686	1.762	165,9%
Contas a receber de clientes	8.001	4.479	78,6%
Impostos a recuperar	1.811	1.436	26,1%
Outros ativos circulantes	12	7	71,4%
Não Circulante	20.062	10.468	91,7%
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	0,0%
Contas a receber de clientes	2.576	2.635	-2,2%
Impostos Diferidos	6.691	-	0,0%
Depósitos judiciais	458	389	17,7%
Imovéis a comercializar	841	841	0,0%
Outros ativos não circulantes	427	52	721,2%
Investimentos	8.990	6.461	39,1%
Imobilizado	5	3	66,7%
Intangível	74	87	-14,9%
Passivo e Patrimônio Líquido	34.572	18.152	90,5%
Circulante	12.151	13.576	-10,5%
Empréstimos e financiamentos	258	5.738	-95,5%
Fornecedores	218	228	-4,4%
Obrigações trabalhistas e tributárias	6.664	4.464	49,3%
Obrigações tributárias parceladas	909	1.862	-51,2%
Dividendos a pagar	2.900	-	0,0%
Contas a pagar para partes relacionadas	-	-	0,0%
Provisão para garantia de obras	1.193	380	213,9%
Outros passivos circulantes	9	904	-99,0%
Não Circulante	12.383	10.394	19,1%
Empréstimos e financiamentos	467	601	-22,3%
Obrigações tributárias parceladas	4.565	4.779	-4,5%
Provisão para garantia de obras	5.381	3.008	78,9%
Provisão para demandas judiciais	1.835	1.903	-3,6%
Provisão para perda com investimentos	-	-	0,0%
Outros passivos não circulantes	135	103	31,1%
Patrimônio Líquido	10.038	(5.818)	-272,5%
Capital social	1.117	1.117	0,0%
Reserva de lucros	8.921	-	0,0%
Prejuízos acumulados	-	(6.935)	-100,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$34,6 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 90,5% em relação a 31 de dezembro de 2012, que totalizou R\$18,2 milhões. Tal aumento deve-se: (i) ao aumento de R\$2,9 milhões na posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia; (ii) ao aumento de R\$3,5 milhões nas contas a receber de clientes; e (iii) a constituição de R\$6,7 milhões de impostos diferidos.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$24,5 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma pequena variação de 2% em relação a 31 de dezembro de 2012, que totalizou R\$24,0 milhões, mantendo-se, portanto, praticamente estáveis.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento em relação a 31 de dezembro de 2012, que era de R\$5,8 milhões negativos. Tal reversão ocorreu, principalmente, devido aos ótimos resultados da Companhia no exercício social de 2013, que incluíram, dentre outras questões, a consolidação do processo de reestruturação da Companhia, iniciado em 2008, com o consequente aumento da receita líquida da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

Demonstração de Resultados Consolidados (Em milhares de Reais - R\$)	12M13	12M12	Var. %
Receita Operacional Bruta	47.045	35.495	32,5%
Receita de Prestação de Serviços	42.760	31.730	34,8%
Receita de Assistência Técnica	3.915	3.220	21,6%
Receita de Vendas de Imóveis	370	545	-32,1%
Deduções da Receita Bruta	(4.024)	(2.999)	34,2%
Impostos Incidentes sobre Vendas	(4.024)	(2.999)	34,2%
Receita Operacional Líquida	43.021	32.496	32,4%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(22.879)	(17.415)	31,4%
Custos de Prestação de Serviços	(19.364)	(14.259)	35,8%
Custos de Assistência Técnica	(3.420)	(2.792)	22,5%
Custos de Vendas de Imóveis	(95)	(363)	-73,9%
Lucro Bruto	20.142	15.081	33,6%
Margem Bruta (%)	46,8%	46,4%	0,4 pp
Despesas Operacionais	(6.187)	(9.993)	-38,1%
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(9.039)	(8.912)	1,4%
Equivalência patrimonial	2.281	(190)	-1300,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	571	(891)	-164,1%
EBITDA	13.955	5.088	174,3%
Margem EBITDA (%)	32,4%	15,7%	16,8 pp
Resultado Financeiro	(309)	(1.203)	-74,3%
Despesas Financeiras	(898)	(1.807)	-50,3%
Receitas Financeiras	589	604	-2,5%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.646	3.885	251,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.110	(854)	-698,4%
Correntes	(1.581)	(854)	85,1%
Diferidos	6.691	-	0,0%
Lucro Líquido do Exercício	18.756	3.031	518,8%
Margem Líquida (%)	43,6%	9,3%	34,3 pp

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, atingiu R\$43,0 milhões, um crescimento de 32,4% em relação a 31 de dezembro de 2012 que atingiu R\$32,5 milhões. O forte incremento da receita deveu-se, principalmente, ao aumento no volume de obras em execução ao longo dos 12 meses.

Custos de prestação de serviços

O Custo de Prestação de Serviços totalizou R\$22,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, contra R\$17,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 31,4% em razão do aumento do volume de obras em execução relativos ao crescimento da Companhia, que teve como foco de atuação a Região Metropolitana de São Paulo, região para a qual o INCC vem se mostrando um bom indexador da inflação dos custos.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$20,1 milhões, um crescimento de 33,6% em relação a 31 de dezembro de 2012 que atingiu R\$15,1 milhões. Importante notar que a margem bruta da Companhia manteve-se no mesmo patamar acima de 46%, o que demonstra a capacidade da Companhia em operar nesse novo patamar de forma rentável.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o lucro líquido totalizou R\$18,8 milhões, um crescimento de 518,8% em relação a 31 de dezembro de 2012 que atingiu R\$3,0 milhões. Tal aumento deveu-se, principalmente, ao aumento no volume das operações com a manutenção do nível de despesas e a constituição de R\$6,7 milhões de imposto diferido, evento este não recorrente nos resultados da Companhia.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar

Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial;

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da prestação de serviços de construção, gerenciamento de construção e serviços de assistência técnica, além de algum resultado da venda de lotes em estoque.

A composição da receita operacional é demonstrada a seguir:

<i>(em milhares de reais)</i>	2013	2014	2015
Receitas de serviços	R\$42.760	R\$45.901	R\$45.715
Receitas de assistência técnica	R\$3.915	R\$4.550	R\$5.061
Receitas de venda de unidades imobiliárias	R\$370	R\$0,00	R\$56
Impostos sobre receita	(R\$4.024)	(R\$5.426)	(R\$5.325)
Total	R\$43.021	R\$45.025	R\$45.507

As receitas de prestação de serviços de administração de obras são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. Os custos e despesas são reconhecidos quando mensuráveis e incorridos. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 2014 e de 2015, mais de 90% das nossas receitas decorreram da receita com a prestação de serviços de administração e gerenciamento de construção.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

A prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção da Companhia pode afetar materialmente o nosso desempenho operacional, visto que a medição ou percentual de taxa de administração de construção é variável de acordo com o empreendimento que a Companhia irá desenvolver.

A Companhia reconhece os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2013, 2014 e 2015 decorrem do contínuo aumento no volume das operações da Companhia.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia não possui variações das receitas atribuíveis a fatores externos, visto que a mesma determina o percentual de taxa de administração de construção em contrato de prestação de serviços, conforme item 10.2.(ii) acima.

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de prestação de serviços e vendas de unidades imobiliárias, principalmente o INCC. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios, bem como da evolução físico-financeira das obras.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor quando relevante.

Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e de 2013, a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha uma operação de empréstimo de derivativos com SWAP quitada em março de 2013.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2015

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado as taxas de juros que variam entre 75% a 101% do CDI, conforme divulgado nas notas explicativas da Companhia.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2015, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

Risco	Cenário provável			
	(valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%	
Aplicações financeiras	CDI	13,18%	9,89%	6,59%
Posição contábil em 31/12/2015 - R\$ 17.929		2.363	1.772	1.182

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2014

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia. .

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações às quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2014, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2014, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos empréstimos e financiamentos apresentava a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	10,77%	8,08%	5,39%
Posição contábil em 31/12/2014 - R\$ 13.076		1.408	1.056	704

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros – Exercício 2013

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI e do IGP-M vigentes em 31 de dezembro de 2013, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos empréstimos e financiamentos apresentava a seguinte composição em relação à taxa de juros:

IGP-M	R\$725,0	100,00
-------	----------	--------

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta sem levar em consideração a incidência de tributos, os juros fixos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2013 projetando os índices para um período de 12 meses e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:

	Risco	Cenário provável		
		(valor contábil projetado)	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Cessão de recebíveis - créditos imobiliários	IGP-M	5,51%	6,89%	8,27%
Posição contábil em 31/12/2013 - R\$ 725		40	50	60

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado de aplicações financeiras, apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável		
		(valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	8,02%	6,02%	4,01%
Posição contábil em 31/12/2013 - R\$ 4.242		340	255	170

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) *Introdução ou alienação de segmento operacional*

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

(b) *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Durante o exercício social de 2012, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$37.852,0 milhões, passando de R\$38.969,0 milhões para R\$1.117,0 milhão, sem alteração da quantidade de ações emitidas pela Companhia. O valor da redução de capital foi integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados.

Em junho de 2013, houve o aumento de capital social da Toliara Incorporação SPE Ltda., no montante de R\$10,0 milhões, efetuado pela sócia Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. Nesta operação, a Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., controlada da Companhia, renunciou seu direito de preferência na subscrição do capital, de forma que a sua participação no capital da Toliara Incorporação SPE Ltda. foi diluída. Após o aumento de capital, a participação da controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. no capital da Toliara Incorporação SPE Ltda. foi diluída de 60% para 30%, gerando, entretanto, um ganho no montante de R\$248,0 mil, referentes à redução da participação nos prejuízos apurados anteriormente a diluição da participação.

Em agosto de 2013, a Companhia realizou a integralização do capital social da Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., no valor de R\$142,0 mil. No mesmo ato, as sócias reduziram o capital social da sociedade em R\$4.561,0 milhões para a absorção de prejuízos acumulados. Após a redução do capital, a Adolpho Lindenberg Construtora Ltda. cedeu e transferiu a título oneroso R\$1.511,0 milhões para a Companhia, que passou a deter 99,999% de participação.

Em 30 de abril de 2014, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de, aproximadamente, R\$6,9 milhões, sem a emissão de novas ações, o qual foi totalmente integralizado mediante a capitalização de parte do valor destinado à Conta de Retenção de Lucros.

Em julho de 2014, por meio de contrato particular de compra e venda de quotas, a Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. 10% do capital social e total da Amadora Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$1.238 milhão pelo montante de R\$1.889 milhão, gerando uma perda de R\$651 mil, registrado na rubrica reserva especial. Adicionalmente, em dezembro de 2014, a Adolpho Lindenberg Construtora Ltda. cedeu à Companhia sua participação na CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda., gerando uma perda de R\$10,0 mil.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 31 de março de 2015, o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.000 milhões.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

c) Eventos ou operações não usuais

Além dos processos de responsabilidade subsidiária, cumpre ressaltar que em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A Acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme amplamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia. Avaliamos como prováveis as chances de êxito da Sociedade em referida ação, com base nas considerações acima elencadas, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações contábeis. Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750 mil, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, não aceitamos o acordo, mas esse fato não altera a probabilidade de êxito do processo, que permanece possível. Julgamento esta previsto para ocorrer em 2015.

Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução supramencionada, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750 mil, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, a Companhia não aceitou o acordo.

A sentença procedente foi publicada em 08 de dezembro de 2015 e condenou a Companhia à obrigação de fazer na área de saúde e segurança do trabalho, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, e ainda ao pagamento de dano moral coletivo arbitrado em R\$500 mil em favor do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A Companhia ingressou com Recurso Ordinário contra a sentença e apresentou petição de juntada a fim de comprovar o cumprimento das obrigações de fazer, e aguarda o julgamento deste recurso ordinário em 2ª instância. Sendo assim, os assessores jurídicos consideram possíveis as chances de êxito da Companhia em referida ação, com exposição máxima de R\$500 mil, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações financeiras.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis / Ressalvas e ênfases

a) *Mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações das práticas contábeis*

Em 2015, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo;

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Modificações à IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados	Alocação dos custos com contribuições discricionárias e das contribuições dos empregados especificadas nos planos de benefícios definidos.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010-2012 e Ciclo de IFRSs 2011-2013	Novos requerimentos de divulgação dos julgamentos ao aplicar o critério de agregação de segmentos operacionais previstos no IFRS 8 - Segmentos Operacionais

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão é que não houve impacto decorrente da adoção destas novas normas.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	Exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes	Convergência do IASB (“International Accounting Standards Board”) e FASB (“Financial Accounting Standards Board”) sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto	Contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de divulgação	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
IAS 38/CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações às IAS 16 / CPC 27 – Ativo Imobilizado e IAS 41 / CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola	Agricultura: plantas portadoras.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 12 / CPC 45 – Divulgação de Participações em outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, IFRS 12 / CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Entidades de Investimento: Aplicando a exceção de consolidação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Em 28 de maio de 2014, o IASB e o FASB emitiram conjuntamente o IFRS 15 – Receitas com clientes com a finalidade de esclarecer e convergir também o reconhecimento de receita na operação de incorporação imobiliária, a Administração da Companhia aguarda a edição dos correspondentes normativos para análise dos possíveis efeitos em suas demonstrações contábeis.

Em 2014, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo;

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Modificações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas	Avaliação de subsidiárias pelo seu valor justo com reflexo no resultado do exercício.
Modificações à IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades e à IAS 27 - Demonstrações Separadas	Novos requerimentos de divulgação para entidades dos investimentos.
Modificações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação	Esclarecimento sobre os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Modificações à IAS 36 - Redução do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros	financeiros. Divulgação do montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para "goodwill" ou outro ativo intangível
Modificações à IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Novação de Derivativos e continuidade de contabilidade de "hedge".
IFRIC 21 - Tributos	Endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo.

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão é que não houve impacto decorrente da adoção destas novas normas.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 – Receitas com clientes	Convergência do IASB ("International Accounting Standards Board") e FASB ("Financial Accounting Standards Board") sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto	Contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.
IAS 38/CPC 04 (R1) – Ativo Imobilizado	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.
Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado.	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Em 28 de maio de 2014, o IASB e o FASB emitiram conjuntamente o IFRS 15 – Receitas com Clientes com a finalidade de esclarecer e convergir também o reconhecimento de receita na operação de incorporação imobiliária, assim a Administração da Companhia aguarda a edição dos correspondentes normativos para análise dos possíveis efeitos em suas demonstrações contábeis.

Em 2013, houve mudança nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, exclusivamente relacionadas à adoção dos novos IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011), obrigatórios a partir de 1º de janeiro de 2013. A principal mudança deu-se nas informações de controladas em conjunto nas demonstrações financeiras consolidadas, que deixaram de ser consolidadas proporcionalmente e passaram a ser reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Em atendimento a essas novas normas do IFRS, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou determinados normativos, CPC 19 (R2) e CPC 36 (R3), que contemplam esses requerimentos.

Considerando a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle definidas nessas IFRSs e CPCs, determinadas participações societárias, anteriormente contabilizadas pelo método de consolidação proporcional, passaram a ser registradas:

- (i) Pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Companhia nos ativos líquidos, resultado do exercício e outros resultados abrangentes da Companhia em uma única conta que apresentada na demonstração consolidada da posição financeira, bem como na demonstração consolidada do resultado do exercício ou do resultado abrangente como “investimentos” e “equivalência patrimonial”, respectivamente; ou
- (ii) Pelo método da consolidação integral como controlada da Companhia, resultando no registro dos ativos, bem como as receitas e despesas, apresentados separadamente na demonstração consolidada da posição financeira, bem como na demonstração consolidada do resultado do exercício ou em outros resultados abrangentes, respectivamente, destacando-se a participação dos não controladores.

Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nas IFRSs, e CPCs. Os principais ajustes efetuados no balanço patrimonial (consolidado) de abertura em 01 de janeiro de 2012 e de dezembro de 2012 e no resultado para o exercício de 31 de dezembro de 2012, ambos preparados de acordo com as IFRSs.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis Efeitos da adoção das IFRSs e dos CPCs no balanço patrimonial consolidado

Como mencionado no item “a”, acima, a alteração de prática contábil em 2013 decorreu da adoção das IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011). Em decorrência da aplicação dos novos pronunciamentos

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

listados acima, as demonstrações financeiras comparativas foram ajustadas para fins de comparabilidade. Os quadros abaixo demonstram os efeitos retroativos com relação ao balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 e às demonstrações do resultado, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação nesse exercício.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 31 de dezembro de 2015, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.”

“b) Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2015 aproximadamente 100% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.”

Em 31 de dezembro de 2014, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.”

“b) Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2014 aproximadamente 99% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.”

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

“a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.”

“b) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Construtora Adolpho Lindenberg S.A., essas práticas diferem das IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.”

Comentários dos Diretores da Companhia: A Administração da Companhia entende que adota todas as normas e instruções emitidas pelo CPC e revisa periodicamente as novas instruções emitidas.

Relativamente ao montante de receitas provenientes de serviços prestados a partes relacionadas, constante da ênfase do exercício de 2015 e 2014, a Administração da Companhia entende que o volume de obras em andamento entre partes relacionadas está adequado para a manutenção do volume de operação da Companhia. Por outro lado, administra constantemente oportunidades de negócios com terceiros. Além disso, todos os contratos são firmados tendo como base valores de mercado.

Referente as ênfases destacada no exercício de 2013 relativas a adoção do IFRS, tais pronunciamentos já foram integralmente adotados pela Companhia de tal forma que não constam mais tais ênfases em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Companhia registra suas provisões para contingências de acordo com a classificação de seus assessores legais, seguindo o critério legal (provável / possível / remoto). No que se refere a créditos fiscais a Companhia realiza a ativação de tais créditos conforme revisão anual aprovada pelo Conselho de Administração em relação às projeções de utilização de tais créditos.

Como regra geral, na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registros de ativos, passivos e outras operações tais como: as provisões para contingências aqui mencionadas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para distratos, vida útil dos bens do imobilizado, resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis, e imposto de renda sobre receitas corrente e diferido, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os diretores e principais executivos da Companhia monitoram e revisam periodicamente estas estimativas e premissas a fim de que os valores das mesmas estejam sempre o mais próximo possível dos valores reais resultantes das operações da Companhia.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6 Comentários dos diretores sobre os Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando::

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de carteira de recebíveis sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios compra de produtos ou serviços mediante a emissão de contratos futuros.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos de construção não terminados (não cumpridos) nos últimos 03 exercícios;

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui o seguinte item não evidenciado nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos

Descrevemos abaixo o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

Referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, não foi constatado pelos auditores independentes recomendações sobre os controles internos praticados pela Companhia e suas Controladas.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

A Companhia possui o seguinte item não evidenciados nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

b) Natureza e o propósito da operação;

Os controles internos tem o propósito de monitorar e avaliar os riscos e melhorias durante os processos realizados pela Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação;

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

Referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, não foi constado pelos auditores independentes recomendações sobre os controles internos praticados pela Companhia e suas Controladas.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 Comentários dos diretores indicando os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

i) Investimentos, incluindo; (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção, não são necessárias grandes fontes de investimento. As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras.

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

ii) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

iii) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não há novos projetos em desenvolvimento, pois, conforme descrito na alínea "a" do subitem 10.8, o foco dos negócios da Companhia é prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 Projeções divulgadas e premissas

- a. Objeto da projeção**
- b. Período projetado e o prazo de validade da projeção**
- c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia**
- d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Não há divulgação de projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 Na hipótese de divulgação, durante os 3 últimos exercícios sociais, de projeções sobre a evolução de seus indicadores.

- a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais estão sendo repetidas no formulário**

- b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo de desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

- c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar-se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não há divulgação do acompanhamento das projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 Estrutura administrativa

a. Atribuições de cada órgão e comitê

Conforme consta no capítulo III do Estatuto Social da Companhia, a sua estrutura administrativa se organiza da seguinte forma:

Artigo 6º - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, todos acionistas e residentes no País, entre os quais um Presidente. Parágrafo Segundo - A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado. Alínea A - Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria. Alínea B - As funções de Diretor Técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais. Alínea C - Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos constantes da alínea "B".

Artigo 7º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos com a composição referida no parágrafo primeiro do artigo anterior, pela Assembléia Geral Ordinária e terão seus mandatos fixados pelo prazo de um (1) ano, expirando-se na data da Assembléia Geral Ordinária do primeiro ano subsequente ao ato da sua eleição e poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente. Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse assinando, individualmente, o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões desse mesmo órgão e o prazo de gestão do Conselho de Administração se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos. Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente e deliberará com a presença de 2 (dois) membros no mínimo. Parágrafo Terceiro - Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontre o voto do Presidente. Parágrafo Quarto - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos casos de afastamento temporário ou definitivo, e nos impedimentos legais, por qualquer um de seus membros, escolhidos através de votação em reunião convocada especialmente para esse fim. Parágrafo Quinto - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembléia Geral será convocada para proceder à eleição dos cargos então vagos, assumindo os novos Conselheiros esses cargos até o final do mandato dos Conselheiros então remanescentes. Parágrafo Sexto - Quando a eleição dos membros do Conselho de Administração houver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a mesma se fará para todo o colegiado, nada impedindo que os membros então remanescentes sejam reeleitos.

Artigo 8º - Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; b) eleger e destituir os Diretores da sociedade; c) criar órgãos técnicos e consultivos, regulando-os e fixando suas atribuições; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; e) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; f) deliberar sobre a emissão de ações; g) autorizar a alienação de bens imóveis do ativo fixo, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; h) distribuir, individualmente, a cada um dos Conselheiros e Diretores, o valor de seus honorários e a

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

participação nos lucros da sociedade; i) praticar os demais atos previstos na lei como de sua competência; j) deliberar acerca das aquisições de ações da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, posterior alienação. Parágrafo Único - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar as Assembléias Gerais dos acionistas da sociedade.

Artigo 9º - A Assembléia Geral, ao eleger o Conselho de Administração, fixará os honorários globais do órgão, em conjunto com a Diretoria. Parágrafo Único - Ocorrendo a substituição de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, os substitutos terão seus honorários fixados pelo Conselho de Administração.

Artigo 10º - Os Diretores da sociedade serão eleitos, com a composição referida no parágrafo segundo do artigo sexto deste estatuto, pelo Conselho de Administração, na mesma data da eleição dos membros desse órgão e terão seus mandatos fixados por prazo idêntico. Parágrafo Primeiro - Os Diretores tomarão posse assinando individualmente o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. Parágrafo Segundo - A substituição e destituição de qualquer Diretor far-se-á mediante a deliberação do Conselho de Administração, a qualquer tempo, através de reunião de seus membros. Parágrafo Terceiro - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, o substituto será nomeado pelo Conselho de Administração e ficará no cargo até o término do mandato dos demais Diretores. Parágrafo Quarto - Os Diretores não são obrigados a prestar qualquer garantia de gestão.

Artigo 11º - Compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Artigo 12º - Os membros da Diretoria, observadas as atribuições e poderes conferidos pelo estatuto e pelo Conselho de Administração, podem praticar isoladamente atos regulares de gestão e administração tendentes a alcançar os fins sociais. Parágrafo Único - Compete ao Diretor Presidente, além das atribuições do "caput" deste artigo, convocar e presidir as reuniões da Diretoria; distribuir as funções de seus membros; dar o voto de qualidade em caso de empate nas decisões da Diretoria.

Artigo 13º - A sociedade deverá necessariamente ser representada por dois Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores em conjunto. Parágrafo Único - Será admitida a representação isolada, obrigando-se validamente a sociedade, nos casos seguintes: a) por um Diretor, no ato de receber e dar quitação de valores, em nome da sociedade; b) por um procurador, desde que o mandato tenha expresso o poder do mesmo agir isoladamente.

Artigo 14º - A sociedade poderá constituir procuradores, devendo o instrumento de mandato especificar os poderes do mandatário para agir isoladamente ou em conjunto com um Diretor ou outro procurador, bem como determinar o prazo de validade, que não ultrapassará o ano civil da outorga, executados os mandatos conferidos no mês de dezembro, os quais poderão vigor até o final do ano civil seguinte. Parágrafo Único - Os mandatos "ad judicium" serão conferidos com prazo indeterminado.

Artigo 15º - É expressamente vedado o emprego da denominação social em fianças, aceites, avais e endossos em documentos que não constituírem ato de exclusivo interesse da sociedade, ou que importarem em uma liberalidade. Parágrafo Único - Não se aplicam as disposições deste artigo quando a favorecida for uma empresa subsidiária e esta sociedade for majoritária.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Conforme consta no capítulo IV do Estatuto Social da Companhia, a Companhia não tem um Conselho Fiscal permanente, sendo certo que a sua estrutura define-se da seguinte forma:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Artigo 16º - O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de 3 (três) a 5 (cinco) suplentes, residentes no País, acionistas ou não, cada um com a qualificação mínima exigida por lei.

Artigo 17º - Aos membros do Conselho Fiscal competem as atribuições que lhes são conferidas por lei.

Artigo 18º - O Conselho Fiscal somente entrará em funcionamento mediante pedido de acionistas, de acordo com as disposições legais, instalando-se pela Assembléia Geral que eleger seus membros e respectivos suplentes, cujos mandatos expirar-se-ão na data da primeira Assembléia Geral Ordinária após a sua instalação.

Artigo 19º - A Assembléia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais de cada um dos membros efetivos quando no exercício de suas funções. Parágrafo Único - Quando o membro efetivo do Conselho estiver afastado de suas funções, os respectivos honorários serão atribuídos ao suplente, se o estiver substituindo.

Não há previsão expressa de criação de comitês.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há mecanismos de avaliação de órgãos e comitês

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Conforme consta em estatuto social, a estrutura administrativa define-se da seguinte forma:

A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado. Alínea A - Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria. Alínea B - As funções de Diretor Técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais. Alínea C - Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos constantes da alínea "B".

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia realiza a avaliação individual dos seus colaboradores baseada na atuação em iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e comprometimento com metas e prazos.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2 Regras, políticas e práticas em assembleias

a. Prazos de convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as Assembleias Gerais da Companhia sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo, veículo oficial do Governo do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. Até a assembleia geral ordinária realizada em 17 de março de 2013, a Companhia utilizava o jornal Empresas & Negócios, porém optaram os acionistas em assembleia pela troca do jornal eletivo para as publicações legais passando a utilizar o Jornal Diário Comercial (com maior visibilidade e menor custo).

A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da Assembleia Geral. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as assembleias gerais seja feita em até 30 dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral.

b. Competências da Assembleia Geral

São matérias de Assembleia Geral estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social:

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso;
- Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- Reformar o Estatuto Social;
- Deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- Aprovar o Plano de Opção de Compra de Ações;
- Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- Deliberar a saída da Companhia do Novo Mercado;
- Deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- Escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração;
- Deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- Deliberar sobre a emissão de debêntures, observado o disposto na Lei de Sociedades por Ações.
- c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.**

Os endereços nos quais os documentos relativos à Assembléia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise são:

Físico: Rua Joaquim Floriano, 466 – Edifício Corporate, 2º Andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002, São Paulo, SP

Eletrônico:

[i] www.cvm.gov.br

[ii] <http://www.grupoldi.com.br/relacao>

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembléias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. Solicitações de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não adotamos procedimento específico para a outorga de procurações dos membros do conselho de administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

A Companhia adota as formalidades constantes na legislação brasileira para a aceitação de procuração, outrossim, não aceita procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e paginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias

Não mantemos fóruns e paginas na internet para receber e compartilhar informações e comentários sobre as pautas das Assembléias.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não realizamos a transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das Assembleias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não possuímos mecanismos pré-estabelecidos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.3 Regras, políticas e práticas do Conselho de Administração.

a. Frequência das reuniões

O Conselho de Administração reuni-se sempre que convocado pelo seu Presidente e deliberará com a presença de 2 (dois) membros no mínimo.

b. Se existirem as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesse

Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontre o voto do Presidente.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.4 Regras, políticas e práticas do Conselho de Administração.

a. Frequência das reuniões

O Conselho de Administração reuni-se sempre que convocado pelo seu Presidente e deliberará com a presença de 2 (dois) membros no mínimo.

b. Se existirem as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesse

Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontrar o voto do Presidente.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	10/02/1975	Pertence apenas à Diretoria	22/03/2016	3 anos (até AGO 2019)	7
757.342.495-72	ENGENHEIRO CIVIL	19 - Outros Diretores	22/03/2016	Sim	0.00%
DIRETOR TÉCNICO		DIRETOR TÉCNICO			
ADOLPHO LINDENBERG	03/06/1924	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/03/2016	3 anos (até AGO 2019)	0
002.442.108-10	ENGENHEIRO	20 - Presidente do Conselho de Administração	22/03/2016	Sim	100.00%
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
ARNALDO VIDIGAL XAVIER DA SILVEIRA	10/12/1929	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/03/2016	3 anos (até AGO 2019)	11
291.172.838-68	ADVOGADO	29 - Outros Conselheiros	22/03/2016	Sim	100.00%
		CONSELHEIRO			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	02/08/1955	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	22/03/2016	3 anos (até AGO 2019)	25
004.219.258-76	ENGENHEIRO	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	22/03/2016	Sim	100.00%
DIRETOR PRESIDENTE, ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES. TAMBÉM OCUPA O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ - 757.342.495-72

Bacharel em Engenharia Civil, atuante no mercado imobiliário e em construtoras de grande porte por vários anos.

Eu, Sérgio Garrido Cincurá, engenheiro civil, brasileiro, casado, titular da cédula de identidade RG nº 04.701.198-02, inscrito no CPF/MF sob o número 757.342.495-72, com domicílio comercial na sede da Companhia, eleito para ocupar o cargo de Diretor Técnico da Construtora Adolpho Lindenberg S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Edifício Corporate, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE 35.300.067.827 ("Companhia"), conforme da Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2015, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei aplicável e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse. Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Finalmente, declaro que atendo aos requisitos estabelecidos no artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

ADOLPHO LINDENBERG - 002.442.108-10

Formado em Engenharia e Arquitetura pela Universidade Mackenzie 1949, seus primeiros trabalhos foram a reconstrução de antigas sedes de fazendas pelos arredores de Valinhos e Campinas onde procurou estudar o estilo colonial. Na década de 50, construiu perto de 200 casas residenciais no estilo colonial Paulista e o barroco mineiro.

Na década de 50 fundou a Construtora Adolpho Lindenberg que na década seguinte, tornou-se a primeira Construtora de Capital aberto no País, com mais de 500 edifícios construídos.

Eu, Adolpho Lindenberg, indicado para o cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

ARNALDO VIDIGAL XAVIER DA SILVEIRA - 291.172.838-68

Arnaldo Xavier da Silveira, filho de Martim Affonso Xavier da Silveira e Dulce Vidigal Xavier da Silveira, nascido em 10/12/29, formado pela PUC – SP em 1956, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 9708, advogado interno da Construtora Adolpho Lindenberg S/A durante o período de 1979 a 1997.

Eu, Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

ADOLPHO LINDENBERG FILHO - 004.219.258-76

Adolpho Lindenberg Filho, formado em Engenharia Civil pela Universidade Makenzie em 1978, iniciou sua carreira nos escritórios da Construtora Adolpho Lindenberg em 1981 passando por diversos setores da empresa até tornar-se sócio diretor em 1985.

Eu, Adolpho Lindenberg Filho, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG 4.289.745-2 SSP/SP, CPF/MF 004.219.258-76, com escritório nesta Capital, na sede da empresa, eleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro da Construtora Adolpho Lindenberg S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Edifício Corporate, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE 35.300.067.827 ("Companhia"), conforme da Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2015, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei aplicável e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse. Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Finalmente, declaro que atendo aos requisitos estabelecidos no artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ADOLPHO LINDENBERG FILHO Conselheiro	004.219.258-76	Construtora Adolpho Lindenberg SA	61.022.042/0001-18	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
ADOLPHO LINDENBERG Presidente de Conselho	002.442.108-10	Construtora Adolpho Lindenberg SA	61.022.042/0001-18	
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2015Administrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG Presidente do Conselho de Administração da Companhia	002.442.108-10	Subordinação	Controlador Direto
--	----------------	--------------	--------------------

Pessoa Relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. Presidente do Conselho de Administração	07.071.841/0001-39		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro	004.219.258-76	Subordinação	Controlador Direto
--	----------------	--------------	--------------------

Pessoa Relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. Diretor Presidente	07.071.841/0001-39		
--	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
--	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA Administrador	06.138.869/0001-83		
--	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Adolpho Lindeberg Filho Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
---	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA. Administrador	06.152.137/0001-48		
--	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
--	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. Administrador	60.665.379/0001-80		
---	--------------------	--	--

Observação**Exercício Social 31/12/2014****Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG Presidente do Conselho de Administração da Companhia	002.442.108-10	Subordinação	Controlador Direto
--	----------------	--------------	--------------------

Pessoa Relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. Presidente do Conselho de Administração da Companhia	07.071.841/0001-39		
--	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlador Direto
--------------------------	----------------	--------------	--------------------

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.			
Pessoa Relacionada			
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A	07.071.841/0001-39		
Diretor Presidente			
Observação			

Administrador do Emissor			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.			
Pessoa Relacionada			
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA	06.138.869/0001-83		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.			
Pessoa Relacionada			
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.			
Pessoa Relacionada			
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Administrador

Observação**Exercício Social 31/12/2013**Administrador do EmissorADOLPHO LINDENBERG
Presidente do Conselho

002.442.108-10

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa RelacionadaLDI Desenvolvimento Imobiliário S.A
Presidente do Conselho de Administração

07.071.841/0001-39

ObservaçãoAdministrador do EmissorADOLPHO LINDENBERG FILHO
Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor de Relação com Investidores e Membro do Conselho de Administração

004.219.258-76

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa RelacionadaLDI Desenvolvimento Imobiliário S.A
Administrador

07.071.841/0001-39

ObservaçãoAdministrador do EmissorADOLPHO LINDENBERG FILHO
Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor de Relação com Investidores e Membro do Conselho de Administração

004.219.258-76

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa RelacionadaLINDENBERG SP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Administrador

06.138.869/0001-83

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor de Relação com Investidores e Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80		
Administrador			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor de Relação com Investidores e Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48		
Administrador			

Observação

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 Acordos / Seguros de Administradores

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não possuem Seguro de Responsabilidade Civil que preveja o pagamento ou reembolso de despesas suportadas por eles decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à própria Companhia.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.12 Outras informações relevantes

Não há.

12.13 - Outras informações relevantes

12.13 Outras informações relevantes - Assembleias de administração

Item não aplicável a Companhia

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia paga remuneração fixa e variável aos seus administradores, conforme o caso. Nas subsidiárias, há plano de participação nos lucros e resultados para o pagamento de remuneração variável aos colaboradores com base em avaliação individual de desempenho e alcance de metas, com o objetivo de alinhar os interesses da Companhia e de suas subsidiárias com os de seus colaboradores, de forma a estimular o comprometimento destes, atraindo e mantendo profissionais qualificados, melhorando a gestão dos negócios da Companhia e o desempenho dos colaboradores no exercício de suas funções e a permanência de tais colaboradores nos postos ocupados.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções (pró-labore), sendo que o Presidente do Conselho faz jus aos benefícios de plano de vida, plano de saúde e convênio farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem pró-labore fixo mensal e variável anual de acordo com os resultados da Companhia. O objetivo de cada elemento da remuneração dos diretores estatutários é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos com os negócios da Companhia, melhorar os desempenhos destes nos exercícios de suas funções e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal.

Com relação à Diretoria Estatutária, é possível afirmar que não existe um percentual definido para cada elemento (proporção sobre o total aprovado pelos acionistas para a remuneração da administração).

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão, melhorar o desempenho dos membros da Diretoria no exercício de suas funções e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho são o alcance de: (a) metas operacionais e financeiras, tais como: (i) volume geral de obras contratadas; (ii) volume geral de obras entregues; (iii) EBITDA; e (iv) lucro líquido, e (b) desempenho individual, tais como: (i) autonomia; (ii) iniciativa; (iii) capacidade de planejamento; (iv) comprometimento; (v) comunicação; (vi) flexibilidade; (vii) habilidade de relacionamento; (viii) negociação; (ix) solução de problemas; (x) trabalho em equipe; e (xi) entre outros. Ademais, a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação individual, que leva em conta a iniciativa, pró-atividade, poder de tomada de decisões, postura profissional e o relacionamento interpessoal.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A determinação de um montante de remuneração global para administradores da Companhia e subsidiárias atrelada a um retorno sobre o patrimônio líquido da Companhia é a estrutura designada para vincular a remuneração variável, paga aos colaboradores das subsidiárias e da Companhia de forma geral, e o desempenho de lucratividade.

Desta forma, a parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de variável anual de acordo com os resultados da Companhia a determinados colaboradores.

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia, a longo prazo.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Parte da remuneração variável anual e fixa da diretoria estatutária da Companhia é suportada por intermédio da CAL – Construtora e Serviços de Mão-de-Obra Ltda. (“CAL MO”), controlada direta da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não aplicável.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	75.000,00	500.000,00		575.000,00
Benefícios direto e indireto	45.000,00	40.000,00		85.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	15.000,00	200.000,00		215.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.000.000,00		2.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	135.000,00	2.740.000,00		2.875.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	78.352,00	427.974,00		506.326,00
Benefícios direto e indireto	44.878,00	32.927,00		77.805,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	12.992,00	228.669,00		241.661,00

Descrição de outras remunerações fixas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	596.921,00		596.921,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	136.222,00	1.286.491,00		1.422.713,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	74.240,00	403.397,00		477.637,00
Benefícios direto e indireto	52.342,00	0,00		52.342,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	12.208,00	103.151,00		115.359,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas	Outras despesas - INSS / FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	876.894,00		876.894,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	138.790,00	1.383.442,00		1.522.232,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	70.200,00	364.773,00		434.973,00
Benefícios direto e indireto	23.317,00	9.051,00		32.368,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	93.517,00	373.824,00		467.341,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para exercício social a ser encerrado em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000	0	2.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000	0	2.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	596.921	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.600.000	0	2.600.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	876.894	N/A	876.894
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.500.000	N/A	1.500.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	217.752	N/A	217.752
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Plano de remuneração baseada em ações

- a. **Termos e condições gerais**
- b. **Principais objetivos do plano**
- c. **Forma como o plano contribui para esses objetivos**
- d. **Como o plano se insere na política de remuneração do emissor**
- e. **Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**
- f. **Número máximo de ações abrangidas**
- g. **Número máximo de opções a serem outorgadas**
- h. **Condições de aquisição de ações**
- i. **Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**
- j. **Critério para fixação do prazo de exercício**
- k. **Forma de liquidação**
- l. **Restrições à transferência das ações**
- m. **Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**
- n. **Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Não aplicável à companhia.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- e. valor justo das opções na data de cada outorga
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não aplicável à Companhia.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável à companhia.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não aplicável à companhia.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não Aplicável.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

		31/12/2015			
		Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
Sociedade	Categoria	Administração	Estatutária	Fiscal	
Emissor					
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	Ações ordinárias	43	0	0	43
	Ações preferenciais	575	0	0	575
Controladora					
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Ações ordinárias	0	2.008.756	0	2.008.756

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão

b. número de membros

c. número de membros remunerados

d. nome do plano

e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

f. condições para se aposentar antecipadamente

g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Itens não aplicáveis à Companhia.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	950.310,00	1.078.838,00	1.027.293,00	96.433,00	89.568,00	46.200,00
Valor da menor remuneração(Reais)	336.181,00	317.307,00	214.373,00	13.394,00	13.200,00	12.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	643.245,00	698.072,00	620.833,00	45.407,00	42.029,00	19.400,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não aplicável à Companhia.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Percentual	83%	81%	9,83%	100%	100%	100%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável à Companhia.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Os valores abaixo referidos foram pagos a título de remuneração em função de exercício do cargo na Companhia.

2015

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	1.060.941	N/A	1.060.941
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2014

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	1.133.054	N/A	1.133.054
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2013

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	745.028	N/A	745.028
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes além daquelas prestadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrição dos recursos humanos da companhia, fornecendo as seguintes informações:

- a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Construtora Adolpho Lindenberg S.A

	2012	2013	2014
Diretor	2	2	2
Estagiário	0	0	0
CLT	0	0	0
Conselheiro	3	3	3
Total	5	5	5

CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra LTDA.

	2012	2013	2014
Diretor	2	2	2
Estagiário	30	29	27
CLT	138	146	144
Total	170	177	173

Todos os funcionários da Companhia estão alocados no Estado de São Paulo.

- b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia e suas subsidiárias tem em média aproximadamente 1.500 a 2.000 funcionários terceirizados alocados em obras geridas pela companhia simultaneamente. Todas as obras da companhia estão localizadas no Estado de São Paulo.

- c. Índice de rotatividade

	2012	2013	2014
Total	3%	3%	2%

14.1 - Descrição dos recursos humanos

d. Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2014

A provisão está relacionada a processos trabalhistas, cíveis e tributários, com saldo de R\$4.288 (R\$1.835 em 31 de dezembro de 2013).

Adicionalmente, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2014, os seguintes valores relativos a processos classificados pelos consultores jurídicos como perdas possíveis, os quais não têm provisão reconhecida contabilmente:

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Trabalhista	7.822
Tributária	125
Cível	<u>2.391</u>
	<u>10.338</u>

As declarações de rendimentos da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

Adicionalmente, em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A contestação da Companhia foi protocolada e a audiência de instrução inicialmente marcada para 14 de agosto de 2014, e adiada pelo Juiz para o dia 13 fevereiro de 2015. A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A Acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme expressamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia. Os assessores jurídicos consideram prováveis as chances de êxito da Companhia em referida ação, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações financeiras.

Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução supramencionada, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho, ficando as partes no

14.1 - Descrição dos recursos humanos

prazo de 20 (vinte) dias formularem as razões finais. O julgamento esta previsto para ocorrer em 2015.

Em 31 de dezembro de 2013

A provisão está relacionada a processos trabalhistas, cíveis e tributários, com saldo de R\$1.835 (R\$1.903 em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2013, os seguintes valores relativos a processos classificados por seus consultores jurídicos com probabilidade de perda possível, os quais não têm provisão reconhecida contabilmente:

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Trabalhista	8.336
Tributária	147
Cível	<u>7.340</u>
	<u>15.823</u>

As declarações de rendimentos da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

Em setembro de 2013 o Ministério Público do Trabalho moveu uma ação contra a Sociedade, cujo o valor atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando um efeito global para a classe de trabalhadores da construção civil.

Em 31 de dezembro de 2012

A provisão está relacionada a processos trabalhistas, tributários e cíveis, com saldo de R\$ 1.903 (R\$ 1.746 em 2011).

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2012, os seguintes valores relativos a processos classificados por nossos consultores jurídicos com probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão reconhecida contabilmente:

<u>Natureza</u>	<u>R\$</u>
Trabalhista	3.987
Tributária	302
Cível	7.749
Total	12.038

As declarações de rendimentos da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Alterações relevantes em recursos humanos

Não se aplica

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Política de remuneração dos empregados

a. Política de remuneração

Conselheiros

Apenas possuem remuneração fixa, não percebem participação nos resultados.

Diretores e Funcionários

Possui participação nos resultados atrelada a avaliação de desempenho individual.

b. Política de benefícios

A Companhia oferece os seguintes benefícios a todos seus funcionários, independente de cargo, função e tempo de serviço com a Companhia: seguro saúde, seguro odontológico, vale refeição, vale alimentação, vale transporte e convênio farmácia.

c. Plano de remuneração baseado em ações

A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 Relações emissor / sindicato

A Construtora Adolpho Lindenberg possui como atividade preponderante a Construção Civil, tendo na Cidade de São Paulo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de São Paulo – SINTRACON-SP como representante do interesse de seus colaboradores.

14.5 - Outras informações relevantes

14.5 Outras Informações Relevantes Recursos Humanos

Não existem outras informações relevantes de Recursos Humanos

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Jose Oswaldo Morales Junior						
066.016.438-82		Não	Não			
Não						
6.378	5,140000%	4.999	2,020000%	11.377	3,060000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Marcos Ribeiro Simon						
042.883.278-49		Não	Não			
Não						
0	0,000000%	19.132	7,710000%	19.132	5,140000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A						
07.071.841/0001-39	Brasileira-SP	Não	Sim	01/04/2008		
Não						
116.996	94,320000%	202.862	81,770000%	319.858	85,960000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
666	0,540000%	21.086	8,500000%	21.752	5,840000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL	124.040	100,000000%	248.079	100,000000%	372.119	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A				07.071.841/0001-39		
OUTROS						
92.586.795	100,000000	0	0,000000	92.586.795	100,000000	
TOTAL						
92.586.795	100,000000	0	0,000000	92.586.795	100,000000	

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	31/03/2015
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	236
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	8
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

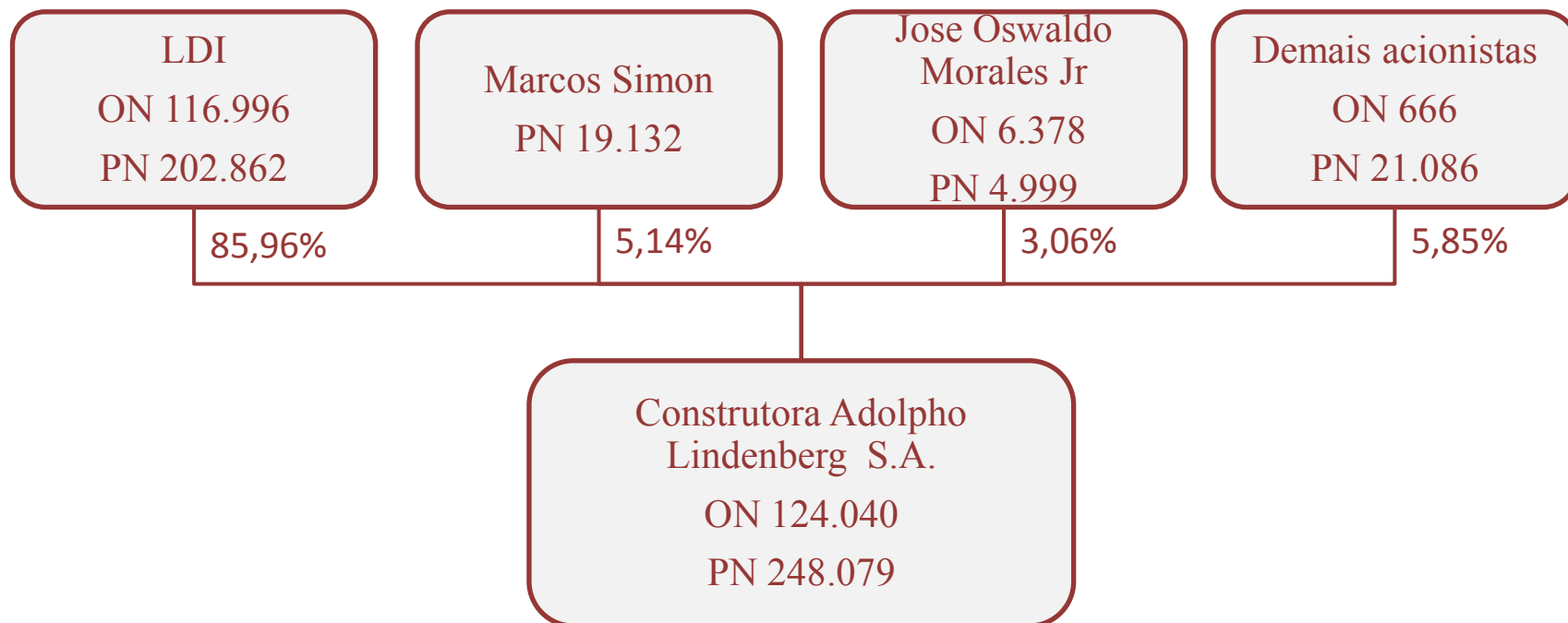
Quantidade ordinárias (Unidades)	7.002	5,640000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	44.642	18,000000%
Total	51.644	13,880000%



Adolpho Lindenberg

CONSTRUTORA

15.4 Organograma dos acionistas da Companhia, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2.



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 Acordo de acionistas

15.5 Qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia

Não há acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações para os últimos três exercícios sociais.

15.7 - Principais operações societárias

15.7 Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia

15.8 - Outras informações relevantes

15.8 Outras informações relevantes – Controle e grupo Econômico

Não aplicável à Companhia

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 Regras, políticas e práticas – Partes Relacionadas

As operações e negócios com partes relacionadas à Companhia são sempre realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**16.3 Tratamento de Conflitos/Comutatividade**

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva deliberam sobre todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

16.4 - Outras informações relevantes

16.4 Outras informações relevantes – Transações com partes relacionadas

Não aplicável à Companhia

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/03/2015	12.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2014	8.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2012	1.116.357,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
20/09/2010	38.969.552,70		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2005	8.969.552,70		23.000	46.000	69.000
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	46.000				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/09/2010	AGE	20/09/2010	98,97	Subscrição particular	101.040	202.079	303.119	77,24000000	98,97	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações**Classe ação preferencial****Quantidade ação por classe (Unidades)**

PNA	202.079
-----	---------

Critério para determinação do preço de emissão

O valor foi fixado de acordo com o disposto no Art. 170 paragrafo 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Forma de integralização

Em espécie conforme boletim de subscrição

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/04/2014	AGEO	30/04/2014	6.883.643,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/03/2015	AGE	31/03/2015	4.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 Outras informações relevantes

Em 30 de abril de 2014

O aumento de capital social se deu mediante a destinação do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 6.883.643,00, sem a emissão de novas ações da Companhia.

Em 31 de março de 2015

O aumento de capital social se deu mediante a destinação do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.000.000,00, sem a emissão de novas ações da Companhia.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e da distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais não consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social, e desde que compatível com a nossa situação financeira, nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Direito a participar da distribuição dos lucros; - Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; - Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações, descritas no item "Direito de Preferência" na presente Seção; - Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; - Direito de votar nas assembleias gerais; e - Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e da distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais não consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social, e desde que compatível com a nossa situação financeira, nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários.</p>
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não

18.1 - Direitos das ações

Direito a reembolso de capital Não

Restrição a circulação Não

Resgatável

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:

- Direito a participar da distribuição dos lucros;
 - Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;
 - Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações, descritas no item "Direito de Preferência" na presente Seção;
 - Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais;
 - Direito de votar nas assembleias gerais; e
 - Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
-

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2 Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não aplicável à Companhia

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3 Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no *estatuto*

Não aplicável à Companhia

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2014**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	900	300,00	300,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2014	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	167.800	350,00	220,00	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2013

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.624	200,00	111,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2013	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.208	250,00	99,00	R\$ por Unidade	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas a negociação na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável à Companhia

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.9 Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro

1. AQUISIÇÃO DO CONTROLE DA LINDENBERG

1.1 **Contrato de Compra e Venda**: Conforme divulgado em Fato Relevante de 1º de abril de 2008, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., celebrou, na mesma data, com BCME Participações e Negócios Ltda. (“Antigo Controlador”) Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, tendo por objeto a aquisição do controle da Lindenberg, mediante aquisição de participação direta e indireta de 18.555 ações ordinárias, representativas de 80,67% do capital votante e 12.817 ações preferenciais, representativas de 27,86% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 45,47% do capital social total da Lindenberg. Assim, a participação total, direta e indireta, no capital social da Lindenberg adquirida pela Ofertante foi de 18.555 ações ordinárias e 12.817 ações preferenciais de emissão da Lindenberg. Adicionalmente, a Ofertante se comprometeu a adquirir do Antigo Controlador, em contrapartida ao compromisso de venda, 1.750 ações ordinárias representativas de 7,61% do capital ordinário e 2,54% do capital total da Lindenberg, atualmente pertencentes ao espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg, tão logo ocorra a efetiva transferência de referidas ações para o Antigo Controlador. Com a aquisição das Ações de Controle, a Ofertante passou a deter 80,67% do capital votante e 45,47% do capital total da Lindenberg e, com a aquisição das ações atualmente detidas pelo referido espólio, a Ofertante passará a deter 88,28% do capital votante e 48% do capital total da Lindenberg.

1.1.2 Na data do Contrato de Compra e Venda, a Lindenberg publicou fato relevante comunicando ao mercado sobre a aquisição do controle acionário da Lindenberg e a realização da presente Oferta.

1.2 **Preço de Aquisição**: O preço de aquisição das Ações de Controle (“Preço de Aquisição”) foi de R\$7.473.124,12, o que correspondeu a R\$238,21 por ação ordinária da Lindenberg.

1.3 **Pagamento do Preço de Aquisição**: O pagamento do Preço de Aquisição foi contratado para realizar-se em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data do Contrato de Compra e Venda, em moeda corrente nacional, acrescido da variação acumulada da taxa média de depósitos interfinanceiros (“DI”) calculada *pro rata die*, e juros de 0,3% ao mês.

1.4 **Fixação do Preço no Contrato de Compra e Venda**: A atribuição do mesmo preço para as ações ordinárias e preferenciais no Contrato de Compra e Venda se deu em virtude de não haver, no entendimento das partes, elementos objetivos que pudessem fundamentar a adoção de um valor diferenciado para as diferentes espécies de ação. O Preço de Aquisição foi definido para o controle da Lindenberg, considerando neste bloco a totalidade de ações detidas pela vendedora, que constituíram o objeto do negócio. Adicionalmente, não haveria justificativa para atribuição de valores distintos haja vista que os valores de negociação no mercado das ações preferenciais à época eram inclusive superiores ao valor por ação resultante do Contrato de Compra e Venda.

2 OFERTA

2.1 **Ações Objeto da Oferta**: Foram objeto da Oferta a totalidade das Ações Ordinárias não detidas pela Ofertante, pelo Espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg e pelos Administradores, o que representa um total de 2.692 ações ordinárias de emissão da Lindenberg, representativas de 11,71% do seu capital votante e 3,90% do seu capital social total.

2.2 **Preço da Oferta**: O preço de aquisição das Ações Ordinárias na Oferta (“Preço da Oferta”) foi de R\$190,57 por Ação Ordinária, o que equivale a 80% do valor pago pela Ofertante ao Antigo Controlador pelas ações ordinárias de emissão da Lindenberg, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

2.3 **Pagamento do Preço da Oferta**: A todos aqueles que aceitaram a Oferta o Preço da Oferta foi pago à vista, em moeda corrente nacional, atualizado pela variação acumulada da taxa média de DI calculada *pro rata die*, e juros de 0,3% ao mês, calculados *pro rata temporis* até a data da liquidação financeira da Oferta desde a data do Contrato de Compra e Venda (1º de abril de 2008).

2.4 **Consequência da Aceitação da Oferta**: Ao aceitar esta Oferta, cada acionista da Lindenberg concordou em dispor e efetivamente transferir à Ofertante a propriedade de suas Ações Ordinárias, incluindo todos os direitos inerentes às mesmas.

2.5. **Oferta com procedimento diferenciado**: Foi aprovada pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 30 de setembro de 2008, a realização da Oferta com adoção de procedimento diferenciado nos termos do artigo 34 da Instrução CVM n.º 361/02, consistente na dispensa de publicação de Edital da Oferta e de realização de leilão em bolsa de valores.

3. CREDENCIAMENTO PARA ALIENAÇÃO DE AÇÕES

3.1 **Validade**: Referida Oferta permaneceu válida pelo período de 40 dias corridos, contados a partir da data de publicação de Fato Relevante informando sobre o lançamento da Oferta, ou seja, de 13/10/2008 (“Data de Lançamento”) a 21/11/2008. A Oferta se encerrou em 21/11/2008, sendo a liquidada financeira realizada em 25/11/2008 (“Data da Liquidação”).

4. LAUDO DE AVALIAÇÃO

4.1 **Laudo de Avaliação**: Nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 361/02 e do seu Anexo III, o Laudo de Avaliação da Lindenberg (“Laudo de Avaliação”) foi elaborado pela PLANCONSULT Planejamento e Consultoria Ltda., com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, n.º 13.797, Bloco II, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 51.163.798/0001-23, o qual foi datado de 29 de abril de 2008 e que apurou o preço das ações de emissão da Lindenberg pelo valor econômico da Lindenberg, conforme metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista. Por este critério, foi apurado o valor para a companhia de R\$17.671.000,00 o que corresponde a R\$256,10 por cada ação.

Segue abaixo o valor por ação de acordo com os demais critérios de avaliação previstos no artigo 8º e Anexo III da Instrução CVM 361/02:

(i) preço médio ponderado de cotação das ações: de acordo com o descrito no item 6.6, não houve negociações com ações ON da Lindenberg nos anos de 2007 e 2008 até o presente momento. Já no que se refere às ações PN da Lindenberg, observa-se que o preço médio ponderado da cotação no período compreendido entre Janeiro/2007 e Dezembro/2007 é de R\$751,00;

(ii) valor do patrimônio líquido por ação: de acordo com o descrito no item 6.5, verifica-se que o valor do patrimônio líquido por lote de 1.000 ações, em 31/12/2007, é negativo e corresponde a (R\$45,087) e que o valor do patrimônio líquido por lote de 1.000 ações, em 31/03/2008, é negativo e corresponde a (R\$74,014);

5. RESULTADO DA OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES DECORRENTE DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE ACIONÁRIO

5.1. No encerramento da OPA, 824 (oitocentas e vinte e quatro) ações ordinárias da Companhia foram adquiridas pela LDI, representando 1,1942% do capital social e 2,189859% das ações em circulação da Companhia.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

5.2. A aquisição de 824 (oitocentos e vinte e quatro) ações pela **LDI**, mediante a realização da OPA, elevou o seu percentual total de participação no capital social da Companhia de 45,47% para 46,6642%.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.10 Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.11 Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro

1. AQUISIÇÃO DO CONTROLE DA LINDENBERG

1.1 **Contrato de Compra e Venda:** Conforme divulgado em Fato Relevante de 1º de abril de 2008, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., celebrou, na mesma data, com BCME Participações e Negócios Ltda. (“Antigo Controlador”) Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, tendo por objeto a aquisição do controle da Lindenberg, mediante aquisição de participação direta e indireta de 18.555 ações ordinárias, representativas de 80,67% do capital votante e 12.817 ações preferenciais, representativas de 27,86% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 45,47% do capital social total da Lindenberg. Assim, a participação total, direta e indireta, no capital social da Lindenberg adquirida pela Ofertante foi de 18.555 ações ordinárias e 12.817 ações preferenciais de emissão da Lindenberg. Adicionalmente, a Ofertante se comprometeu a adquirir do Antigo Controlador, em contrapartida ao compromisso de venda, 1.750 ações ordinárias representativas de 7,61% do capital ordinário e 2,54% do capital total da Lindenberg, atualmente pertencentes ao espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg, tão logo ocorra a efetiva transferência de referidas ações para o Antigo Controlador. Com a aquisição das Ações de Controle, a Ofertante passou a deter 80,67% do capital votante e 45,47% do capital total da Lindenberg e, com a aquisição das ações atualmente detidas pelo referido espólio, a Ofertante passará a deter 88,28% do capital votante e 48% do capital total da Lindenberg.

1.1.2 Na data do Contrato de Compra e Venda, a Lindenberg publicou fato relevante comunicando ao mercado sobre a aquisição do controle acionário da Lindenberg e a realização da presente Oferta.

1.2 **Preço de Aquisição:** O preço de aquisição das Ações de Controle (“Preço de Aquisição”) foi de R\$7.473.124,12, o que correspondeu a R\$238,21 por ação ordinária da Lindenberg.

1.3 **Pagamento do Preço de Aquisição:** O pagamento do Preço de Aquisição foi contratado para realizar-se em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data do Contrato de Compra e Venda, em moeda corrente nacional, acrescido da variação acumulada da taxa média de depósitos interfinanceiros (“DI”) calculada *pro rata die*, e juros de 0,3% ao mês.

1.4 **Fixação do Preço no Contrato de Compra e Venda:** A atribuição do mesmo preço para as ações ordinárias e preferenciais no Contrato de Compra e Venda se deu em virtude de não haver, no entendimento das partes, elementos objetivos que pudessem fundamentar a adoção de um valor diferenciado para as diferentes espécies de ação. O Preço de Aquisição foi definido para o controle da Lindenberg, considerando neste bloco a totalidade de ações detidas pela vendedora, que constituíram o objeto do negócio. Adicionalmente, não haveria justificativa para atribuição de valores distintos haja vista que os valores de negociação no mercado das ações preferenciais à época eram inclusive superiores ao valor por ação resultante do Contrato de Compra e Venda.

2 OFERTA

2.1 **Ações Objeto da Oferta:** Foram objeto da Oferta a totalidade das Ações Ordinárias não detidas pela Ofertante, pelo Espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg e pelos Administradores, o que representa um total de 2.692 ações ordinárias de emissão da Lindenberg, representativas de 11,71% do seu capital votante e 3,90% do seu capital social total.

2.2 **Preço da Oferta:** O preço de aquisição das Ações Ordinárias na Oferta (“Preço da Oferta”) foi de R\$190,57 por Ação Ordinária, o que equivale a 80% do valor pago pela Ofertante ao Antigo Controlador pelas ações ordinárias de emissão da Lindenberg, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

2.3 **Pagamento do Preço da Oferta**: A todos aqueles que aceitaram a Oferta o Preço da Oferta foi pago à vista, em moeda corrente nacional, atualizado pela variação acumulada da taxa média de DI calculada *pro rata die*, e juros de 0,3% ao mês, calculados *pro rata temporis* até a data da liquidação financeira da Oferta desde a data do Contrato de Compra e Venda (1º de abril de 2008).

2.4 **Conseqüência da Aceitação da Oferta**: Ao aceitar esta Oferta, cada acionista da Lindenberg concordou em dispor e efetivamente transferir à Ofertante a propriedade de suas Ações Ordinárias, incluindo todos os direitos inerentes às mesmas.

2.5. **Oferta com procedimento diferenciado**: Foi aprovada pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 30 de setembro de 2008, a realização da Oferta com adoção de procedimento diferenciado nos termos do artigo 34 da Instrução CVM n.º 361/02, consistente na dispensa de publicação de Edital da Oferta e de realização de leilão em bolsa de valores.

3. CREDENCIAMENTO PARA ALIENAÇÃO DE AÇÕES

3.1 **Validade**: Referida Oferta permaneceu válida pelo período de 40 dias corridos, contados a partir da data de publicação de Fato Relevante informando sobre o lançamento da Oferta, ou seja, de 13/10/2008 (“Data de Lançamento”) a 21/11/2008. A Oferta se encerrou em 21/11/2008, sendo a liquidada financeira realizada em 25/11/2008 (“Data da Liquidação”).

4. LAUDO DE AVALIAÇÃO

4.1 **Laudo de Avaliação**: Nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 361/02 e do seu Anexo III, o Laudo de Avaliação da Lindenberg (“Laudo de Avaliação”) foi elaborado pela PLANCONSULT Planejamento e Consultoria Ltda., com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, n.º 13.797, Bloco II, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 51.163.798/0001-23, o qual foi datado de 29 de abril de 2008 e que apurou o preço das ações de emissão da Lindenberg pelo valor econômico da Lindenberg, conforme metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista. Por este critério, foi apurado o valor para a companhia de R\$17.671.000,00 o que corresponde a R\$256,10 por cada ação.

Segue abaixo o valor por ação de acordo com os demais critérios de avaliação previstos no artigo 8º e Anexo III da Instrução CVM 361/02:

(i) preço médio ponderado de cotação das ações: de acordo com o descrito no item 6.6, não houve negociações com ações ON da Lindenberg nos anos de 2007 e 2008 até o presente momento. Já no que se refere às ações PN da Lindenberg, observa-se que o preço médio ponderado da cotação no período compreendido entre Janeiro/2007 e Dezembro/2007 é de R\$751,00;

(ii) valor do patrimônio líquido por ação: de acordo com o descrito no item 6.5, verifica-se que o valor do patrimônio líquido por lote de 1.000 ações, em 31/12/2007, é negativo e corresponde a (R\$45,087) e que o valor do patrimônio líquido por lote de 1.000 ações, em 31/03/2008, é negativo e corresponde a (R\$74,014);

5. RESULTADO DA OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES DECORRENTE DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE ACIONÁRIO

5.1. No encerramento da OPA, 824 (oitocentas e vinte e quatro) ações ordinárias da Companhia foram adquiridas pela LDI, representando 1,1942% do capital social e 2,189859% das ações em circulação da Companhia.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

5.2. A aquisição de 824 (oitocentos e vinte e quatro) ações pela **LDI**, mediante a realização da OPA, elevou o seu percentual total de participação no capital social da Companhia de 45,47% para 46,6642%.

18.12 - Outras informações relevantes

18.12 Outras informações relevantes – Valores Mobiliários

Não aplicável à Companhia

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação

28/03/2014

Cargo e/ou função

- (i) pela própria Companhia;
- (ii) pelo acionista ou grupo de acionistas, vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum, que detenha direta ou indiretamente, de fato ou de direito, o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades da Companhia;
- (iii) pelos os diretores e membros do conselho de administração da Companhia e/ou de suas Controladas, bem como membros de quaisquer órgãos da Companhia e/ou de suas Controladas com funções técnicas e/ou consultivas;
- (iv) pelos membros do Conselho Fiscal da Companhia (se houver);
- (v) pelos empregados e/ou colaboradores da Companhia, de Controladas e de coligadas da Companhia, bem como os estagiários destas;
- (vi) pelas pessoas que prestem serviços à Companhia, às Controladas e às coligadas da Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, instituições do sistema de distribuição, assessores, advogados, contadores, que tenham acesso à informação privilegiada ;
- (vii) pelos terceiros com acess

Principais características e locais de consulta

Em 28 de março de 2014 a Conselho de Administração da Companhia aprovou a sua nova Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, incluindo em seu bojo as regras para negociação de valores mobiliários. O texto integral da nova POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE E DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS pode ser conferido no site da Companhia: <http://www.grupoldi.com.br/relacao>.

O objetivo da Política de Negociação é estabelecer as regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia, visando à negociação transparente e ordenada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia e evitando o uso inadequado de Informação Relevante.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

- 4.1. Antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido nos negócios da Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, administradores, membros do Conselho Fiscal ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas Controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante.
- 4.2. A vedação à negociação determinada no item 4.1 acima também prevalecerá se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.
- 4.3. Tão logo a Companhia divulgue o fato relevante ao mercado, as vedações deixarão de vigorar, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da companhia ou dela própria.
- 4.4. As vedações previstas não se aplicam às negociações realizadas pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, de acordo com política de negociação aprovada da Companhia.
- 5.1. Todos os Administradores devem enviar à Companhia, à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores ou entidades do mercado de balcão organizado, as informações sobre a titularidade e as negociações realizadas com quaisquer espécie de valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, suas Controladas ou suas controladoras, desde que sejam companhias abertas.
 - 5.1.1. Os Administradores deverão informar, também, todos os valores imobiliários emitidos pela Companhia de titularidade do cônjuge, companheiro, dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda e sociedades por eles controladas, direta ou indiretamente.
 - 5.1.4. É responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores transmitir todas as informações recebidas em conformidade com este item à CVM.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existe outras informações salvo aquelas já informadas neste item.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 Normas, regimentos ou procedimentos

Exceto pela política de divulgação, não há.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 Política de Divulgação

Em 28 de março de 2014 a Conselho de Administração da Companhia aprovou a sua nova Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, sendo certo que está sujeito a ela bem como à regulamentação aplicável em vigor. O texto integral da nova Política pode ser conferido no site da Companhia: <http://www.grupoldi.com.br/relacao>.

A nova Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes e os procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas pessoas vinculadas, na divulgação e uso de ato ou fato relevante, na manutenção do sigilo de informações ainda não divulgadas, bem como na negociação com valores mobiliários, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”). A Política tem o intuito de divulgar aos órgãos competentes, investidores, analistas de mercado, imprensa financeira especializada e ao mercado em geral, informações completas e tempestivas sobre atos e fatos relevantes relacionados à Companhia, assegurando, assim, os mais elevados padrões de igualdade e transparência no uso de informações e divulgação de atos ou fatos relevantes a todos os interessados.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários e a Instrução CVM 358 estabelecem que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Essa lei prevê também a obrigação de arquivarmos na CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de Assembleias Gerais, bem como as atas dessas assembleias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, a Companhia deve apresentar demonstrações contábeis consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa da Companhia e consolidado que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos.

Quatro meses após o encerramento de cada exercício social, a Companhia deve, adicionalmente ao previsto na legislação vigente: (i) elaborar demonstrações contábeis e demonstrações consolidadas, conforme previsto nos padrões internacionais IFRS, em reais, que deverão ser divulgadas na íntegra, acompanhadas do relatório da administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar a íntegra das demonstrações contábeis, relatório da administração e notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões IFRS, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes. Os auditores independentes pela Companhia contratados, além de serem registrados na CVM, devem possuir experiência comprovada no exame das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os padrões internacionais IFRS, conforme o caso, sendo que a Companhia deve responder pelo atendimento dessa formalidade.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas controladas, coligadas, seus administradores, seus Acionistas Controladores, e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e dos Acionistas Controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano.

Divulgação de Informações Trimestrais e Informações Anuais

Em suas Informações Trimestrais – ITR, além das informações exigidas pela legislação aplicável, a Companhia deverá: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, e comentário de desempenho consolidado, caso a companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais de 5% (cinco por cento) das ações de cada espécie e classe do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os acionistas controladores, os administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iv) informar a evolução da participação dos acionistas controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores; (v) incluir em notas explicativas a demonstração de fluxo de caixa da Companhia e Consolidado; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) informar a existência e vinculação a cláusula compromissória de arbitragem.

As Informações Trimestrais – ITR deverão ser sempre acompanhadas de relatório de revisão especial emitido por auditor independente devidamente registrado na CVM, observando a metodologia especificada das normas editadas pela CVM.

Divulgação de Negociação por Acionistas Controladores, Membro do Conselho de Administração, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a Companhia, à CVM e à BOVESPA o número, tipo e a forma de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, das sociedades controladas e das sociedades que detêm controle, que são detidos por eles ou por pessoas próximas a eles, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações. As informações relativas à negociação de tais valores mobiliários (como, por exemplo, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data da operação) devem ser fornecidas a nós dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram.

Além disso, os Acionistas Controladores da Companhia devem divulgar as informações acima à BOVESPA, incluindo informação relativa a derivativos.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5% a participação em qualquer espécie de ação de nosso capital social, direta ou indiretamente, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, tal acionista ou grupo de acionistas deverá comunicar à BOVESPA e à CVM as seguintes informações: (i) nome e qualificação do adquirente das ações; (ii) objetivo da

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

participação e quantidade visada; (iii) número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e (iv) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A Instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionistas controladores, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o diretor de relações com investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos Acionistas Controladores ou nossos Administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 Responsáveis pela Política

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela transmissão das informações à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão organizado em que as ações da Companhia sejam admitidas à negociação, bem como por atualizar o formulário IAN (Informações Anuais da Companhia) e no Formulário de Referência.

Outrossim, as regras e diretrizes desta Política de Divulgação e Negociação deverão ser observadas pelas denominadas “Pessoas Vinculadas”, quais sejam:

- (i) pela própria Companhia;
- (ii) pelo acionista ou grupo de acionistas, vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum, que detenha direta ou indiretamente, de fato ou de direito, o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades da Companhia;
- (iii) pelos os diretores e membros do conselho de administração da Companhia e/ou de suas Controladas, bem como membros de quaisquer órgãos da Companhia e/ou de suas Controladas com funções técnicas e/ou consultivas;
- (iv) pelos membros do Conselho Fiscal da Companhia (se houver);
- (v) pelos empregados e/ou colaboradores da Companhia, de Controladas e de coligadas da Companhia, bem como os estagiários destas;
- (vi) pelas pessoas que prestem serviços à Companhia, às Controladas e às coligadas da Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, instituições do sistema de distribuição, assessores, advogados, contadores, que tenham acesso à informação privilegiada ;
- (vii) pelos terceiros com acesso à ato ou fato relevante;
- (viii) pelas as sociedades nas quais a Companhia detém o Poder de Controle; e
- (ix) pelos membros de comitês da Companhia, sejam eles estatutários ou não.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.